

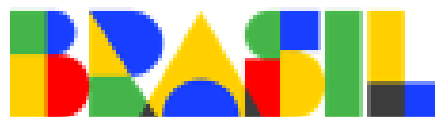
RELATÓRIO CONTÁBIL

2022

4º TRIMESTRE

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Marco Montes Cordeiro

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Márcio Eli Ameida Leandro

Departamento de Administração

José Manoel Gomes

COORDENADOR GERAL DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

Coordenador de Contabilidade

José Calazans dos Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alan Rodrigues Pinheiro

Divino Lúcio de Almeida

Jaqueline Pereira de Faria Silva

José Maria Magalhães Dias

Maria Luiza Carvalho Cunha

Norma de Deus e Costa

Paulo Alves de Santana Neto

Paulo Sousa Silva

Renata de Oliveira Pinheiro

Rodrigo Pinheiro Brandão

Samya Carolina Soares Costa

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

** Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Referência da Nota Explicativa dezembro de 2022.

Relatório editado no Word 2013.

Sumário

1) Lista de Siglas	4
2) Contexto Operacional	5
3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA	7
3.1) Sistemas da Área Fim	7
3.2) Sistemas da Área Meio	8
4) Demonstrações Contábeis	9
4.1) BALANÇO PATRIMONIAL	9
4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	10
4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	13
4.4) BALANÇO FINANCEIRO	15
4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	17
5) Notas Explicativas	18
5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis	18
5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	18
5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis	23
5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa	23
5.5) Partes Relacionadas	24
6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis	30
6.1) BALANÇO PATRIMONIAL	30
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	40
Nota nº 002 - Obrigações Contratuais	41
Nota nº 003 - Provisões	43
Nota nº 004 - Imobilizado	45
Nota nº 005 - Intangível	52
Nota nº 006 - Investimentos	54
6.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	58
6.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	62
6.4) BALANÇO FINANCEIRO	68
6.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68
6.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	69
7) Referências	70
7.1) Bibliográficas	70
7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA	70

1) Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	ME	Ministério da Economia
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MEP	Método da Equivalência Patrimonial
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro	NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
AGU	Advocacia-Geral da União	NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	NE	Nota de Empenho
BB	Banco do Brasil	NL	Nota de Lançamento
BCB	Banco Central do Brasil	NS	Nota de Sistema
BGS	Boletim de Pessoal e Serviços	OB	Ordem Bancária
BGU	Balanco Geral da União	OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
BINAGRI	Biblioteca Nacional de Agricultura	OGU	Orçamento Geral da União
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social	PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
BO	Balanco Orçamentário	PF	Programação Financeira
BP	Balanco Patrimonial	PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás	PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais	RCGP	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudas
CCONT	Coordenação de Contabilidade	RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A	RGPS	Regime Geral de Previdência Social
CEF	Caixa Econômica Federal	RPNP	Restos a Pagar Não Processados
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	RPP	Restos a Pagar Processados
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns	RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade	SAF	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
CGAQ	Coordenação-Geral de Aquisições	SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	SCRI	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
CGLI	Coordenação-Geral de Logística Institucional	SE	Secretaria-Executiva
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
CGU	Controladoria-Geral da União	SEAF	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento	SECEX	Secretaria de Controle Externo
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil	SEI	Sistema Eletrônico de Informações
COFIN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN	SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
COSIS	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN	SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
DA	Departamento de Administração	SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
DAF	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
DARF	Documento de Arrecadação Federal	SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
DGG	Departamento de Governança e Gestão	SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa	SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
DISME	Distrito de Meteorologia	SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
DTI	Departamento de Tecnologia da Informação	SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais	SPA	Secretaria de Política Agrícola
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
ENAGRO	Escola Nacional de Gestão Agropecuária	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública	SPIUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	SCRI	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária	SUCON	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
GF	Gestor Financeiro	TCE	Tomada de Contas Especial
GRU	Guia de Recolhimento da União	TCU	Tribunal de Contas da União
GPS	Guia da Previdência Social	TDA	Título da Dívida Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	TG	Tesouro Gerencial
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia	UG	Unidade Gestora
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal	UGE	Unidade Gestora Executora
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias	UGR	Unidade Gestora Responsável
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária	VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
LOA	Lei Orçamentária Anual	VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	VTN	Valor da Terra Nua
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços		

2) Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, que têm como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) Política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) Informação agropecuária;
- f) Defesa agropecuária e segurança do alimento;
- g) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
- h) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- i) Assistência técnica e extensão rural;
- j) Irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- k) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- l) Desenvolvimento rural sustentável;
- m) Políticas e fomento da agricultura familiar;
- n) Reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, da Amazônia Legal e das terras quilombolas;
- o) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, aos sistemas agroflorestais e à aquicultura;
- p) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- q) Cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca;
- r) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- s) Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- t) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e
- u) Gerir o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

A competência da letra “H” será exercida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na hipótese de serem utilizados recursos do Orçamento Geral da União e, pelo Ministério de Minas e Energia na hipótese de serem utilizados recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

A competência de que trata a letra “O” compreende a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor prevista no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, no âmbito federal.

Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento exercer, em âmbito federal, a função de poder concedente de florestas, nos termos do disposto no art. 49 da Lei nº 11.284, de 2006.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um serviço, o Serviço Florestal Brasileiro, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e 1 entidade de economia mista, que abrigam cerca de 10 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI;
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- f) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- g) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- h) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar;
- i) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- j) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;
- k) Comissão de Gestão de Florestas Públicas;
- l) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais; e
- m) Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

As entidades Vinculadas – Empresas Públicas são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

As entidades Vinculadas – Sociedades de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A. – CeasaMinas.

3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA

3.1) Sistemas da Área Fim

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA

SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC
SELO ARTE - SGSA - Sistema de Gestão do Selo Arte

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA – SAP/MAPA

SISRGP - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira
SISTAINHA - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira
SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro
RGP - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E

COOPERATIVISMO - SAF/MAPA

SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica
SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica
SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural
SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso
SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático
SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira
SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS -

SRI/MAPA

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS
SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais
AGROEVENTOS - Sistema de Eventos
AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA

DCPOA - Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal
SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos
AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários
CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual
PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária
RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores
SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas
SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios
SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64
SIPE2000 - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros de Produtos na Área Animal
SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários
PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF
PGA-RASTREABILIDADE - Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva
SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web
SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros
SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias
SQFI - Sistema de Quarentena Fitossanitária
SISRES - Sistema de Controle de Resíduos
SISREC - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da Área Animal
SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança
SIGPBc - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambola
SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal
SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças
SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos
SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários
SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF
SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais
AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário
SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas
e-SISBI-SGBI – Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção
e-SISBI-SGE – Sistema de Gestão de Estabelecimento
SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos
SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas
SNPC - Sistema de Informações Documentais
SNPC - Cultivar Web
WikiSDA - Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

3.2) Sistemas da Área Meio

GABINETE DA MINISTRA - GM

SIGME - Sistema de Gestão de Memória Executiva

SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA

Portal MAPA - Pagina web da Internet

ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM

EP - Emendas Parlamentares

RP - Sistema de Relacionamento Parlamentar

SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA

ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

MAPAVITRO - Gestão de contratos

SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas

SGI - Sistema de Gestão Integrada

SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento

SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação

CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

AVA ENAGRO VIRTUAL

LECOM - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços

LECOM-ADM - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE

SisGP - Sistema de Gestão de Pessoas (Programa de gestão)

AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA

ALMOX - Sistema de Almojarifado

ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almojarifado Virtual

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA

SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação

SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída

SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias

THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI/SE

APP PMO – TI- Aplicativo para Gerenciamento de Projetos

ATENTICAÇÃO – Sistema de Controle de Acesso

CORREIO MAPA – Gerenciador de Correios

MANUAIS - DTI

MAPA DRIVE – Sistema de Nuvem de Arquivos

NORMATIVOS – Segurança da Informação na Seção do DTI no

SistemasWEB

SCAWEB – Sistema de Controle de Acesso

SIGESTI – Sistema de Gestão de TI

SOLICITA – Sistema de Solicitação de Acesso

SKYPE FOR BUSINESS – Ferramenta de Mensageria

TIFACIL – Sistema gerenciador de chamados

VÍDEO CONFERÊNCIA – Sistema de Vídeo Conferência

VOIP – Sistema de Gerenciamento de Voipe sobre IP

4) Demonstrações Contábeis

4.1) BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em milhões de real

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	11.049,07	11.730,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.285,23	7.405,59
Créditos a Curto Prazo	3.583,78	4.153,53
Clientes	5,65	22,67
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.738,27	1.510,44
Demais Créditos e Valores	1.842,94	2.621,64
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-3,08	-1,22
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,38	0,47
Estoques	179,68	170,69
VPDs Pagas Antecipadamente	-	0,01
ATIVO NÃO CIRCULANTE	261.628,34	260.523,93
Ativo Realizável a Longo Prazo	26.725,04	25.711,65
Créditos a Longo Prazo	26.725,04	25.711,65
Clientes	201,38	201,38
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	16.421,43	15.503,02
Dívida Ativa Não Tributária	138,87	138,87
Demais Créditos e Valores	9.967,04	9.872,60
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-3,69	-4,22
Investimentos	14,07	14,03
Participações Permanentes	12,07	12,04
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1,86	1,86
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	20,68	20,76
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10,47	-10,58
Propriedades para Investimento	2,00	2,00
Propriedades para Investimento	2,85	2,85
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-0,85	-0,85
Imobilizado	234.754,32	234.375,39
Bens Móveis	1.168,13	1.235,50
Bens Móveis	2.541,38	2.552,55
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.346,44	-1.290,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-26,81	-26,74
Bens Imóveis	233.586,20	233.439,89
Bens Imóveis	234.229,79	234.465,67
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-643,59	-1.025,78
Intangível	134,91	122,85
Softwares	134,14	122,08
Softwares	187,35	174,44
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-53,20	-52,36
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28
TOTAL DO ATIVO	272.677,41	272.254,22

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	2.829,00	5.048,32
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	996,76	1.068,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4,98	603,26
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	167,10	161,01
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	21,81	1,81
Transferências Fiscais a Curto Prazo	443,21	196,18
Provisões a Curto Prazo	-	1,51
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.195,13	3.015,65
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.380,34	1.909,97
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	3,01
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,93
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	1.143,64	653,79
Demais Obrigações a Longo Prazo	920,83	937,24
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.209,34	5.958,29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social	3.406,90	3.351,23
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	17,43	55,67
Reservas de Capital	0,01	0,01
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	43,92	-
Demais Reservas	12,76	12,76
Resultados Acumulados	263.987,06	261.876,27
Resultado do Exercício	2.054,24	2.565,56
Resultados de Exercícios Anteriores	261.874,19	347.674,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	48,63	-88.363,79
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	267.468,07	265.295,33
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	272.677,41	272.254,22

Fonte: Siafiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB - DEZEMBRO/2022

QUADROS DO BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	7.578,98	7.667,88	PASSIVO FINANCEIRO	8.455,10	8.383,03
ATIVO PERMANENTE	265.098,43	264.586,35	PASSIVO PERMANENTE	3.996,94	5.985,37
			SALDO PATRIMONIAL	260.225,37	257.885,82

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.255,54	952,89	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.869,45	9.330,65
Atos Potenciais Ativos	5.255,54	952,89	Atos Potenciais Passivos	9.869,45	9.330,65
Garantias e Contragarantias Recebidas	196,51	168,26	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,01	0,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres			Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		
	4.736,73	455,75		5.133,42	4.837,75
Direitos Contratuais	322,51	328,88	Obrigações Contratuais	4.736,03	4.492,89
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	5.162,43	952,89	TOTAL	9.869,45	9.330,65

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.739,27
Recursos Vinculados	3.863,16
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-52,54
Previdência Social (RPPS)	-0,38
Receitas Financeiras	-42,49
Dívida Pública	1.292,76
Alienação de Bens e Direitos	339,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.216,52
Outros Recursos Vinculados	110,25
TOTAL	-876,12

Fonte: Siafiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB – Dezembro/2022

4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	56.010,23	107.818,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	97,49	94,82
Taxas	97,49	94,82
Contribuições	2.267,05	1.997,40
Contribuições Sociais	2.234,23	1.981,95
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	32,82	15,44
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	376,61	246,65
Venda de Mercadorias	270,52	161,84
Vendas de Produtos	0,07	0,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	106,02	84,80
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	883,48	630,44
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	198,46	121,49
Juros e Encargos de Mora	48,92	25,00
Variações Monetárias e Cambiais	32,18	7,30
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	603,92	476,65
Transferências e Delegações Recebidas	45.191,56	41.845,45
Transferências Intragovernamentais	44.160,95	40.816,49
Transferências Intergovernamentais	0,68	0,03
Transferências das Instituições Privadas	10,88	2,17
Transferências do Exterior	3,62	1,08
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.015,43	1.025,67
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.561,78	62.203,81
Reavaliação de Ativos	1.362,40	2.427,28
Ganhos com Alienação	30,52	6,55
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.203,74	56.148,45
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.965,00	3.621,44
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,12	0,08
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	632,26	799,57
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	120,01	75,00
Resultado Positivo de Participações	0,06	0,35
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	56,05	4,74
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	456,13	719,48

Continuação DVP

	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	53.890,49	105.271,91

Pessoal e Encargos	6.011,26	6.150,28
Remuneração a Pessoal	4.307,71	4.364,18
Encargos Patronais	1.512,62	1.553,71
Benefícios a Pessoal	108,98	115,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	81,96	117,28
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.850,13	2.876,64
Aposentadorias e Reformas	1.744,46	1.809,72
Pensões	1.060,70	1.020,79
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	45,16	46,14
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.066,01	3.245,16
Uso de Material de Consumo	112,83	92,40
Serviços	1.814,84	3.010,20
Depreciação, Amortização e Exaustão	138,35	142,56
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	39,56	5,69
Juros e Encargos de Mora	0,19	0,94
Variações Monetárias e Cambiais	14,35	0,75
Descontos Financeiros Concedidos	2,80	3,81
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	22,22	0,18
Transferências e Delegações Concedidas	35.686,20	31.740,59
Transferências Intragovernamentais	33.908,87	30.025,66
Transferências Intergovernamentais	1.235,77	961,49
Transferências ao Exterior	0,49	7,72
Outras Transferências e Delegações Concedidas	541,08	745,64
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.538,94	59.670,29
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.352,20	723,87
Perdas com Alienação	3,94	10,41
Perdas Involuntárias	8,01	10,30
Incorporação de Passivos	1.212,93	1.200,64
Desincorporação de Ativos	1.961,86	57.725,08
Tributárias	39,84	23,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	32,17	21,62
Contribuições	7,66	1,84
Custo - Mercadorias, Produtos Venda. e dos Serviços Prestados	195,16	222,13
Custo das Mercadorias Vendidas	195,14	221,51
Custos dos Produtos Vendidos	0,02	0,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.463,39	1.337,68
Incentivos	0,78	1,65
Subvenções Econômicas	1.134,87	1.218,27
Constituição de Provisões	106,21	104,56
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	221,54	13,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.119,74	2.546,23

Fonte: Siafiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2022

4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de real

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.529,44	2.529,44	3.629,30	1.099,86
Receitas Tributárias	70,77	70,77	68,25	-2,52
Taxas	70,77	70,77	68,25	-2,52
Receitas de Contribuições	1.476,95	1.476,95	2.276,65	799,70
Contribuições Sociais	1.476,51	1.476,51	2.276,37	799,86
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,44	0,44	0,28	-0,16
Receita Patrimonial	229,52	229,52	641,61	412,09
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7,93	7,93	14,99	7,06
Valores Mobiliários	200,98	200,98	601,60	400,63
Exploração de Recursos Naturais	20,61	20,61	25,02	4,41
Receita Agropecuária	10,61	10,61	14,39	3,79
Receita Industrial	0,08	0,08	0,05	-0,03
Receitas de Serviços	532,39	532,39	276,91	-255,47
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	62,19	62,19	79,37	17,18
Serviços e Atividades Financeiras	470,20	470,20	197,54	-272,65
Transferências Correntes	4,04	4,04	15,18	11,13
Outras Receitas Correntes	205,09	205,09	336,26	131,17
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	45,15	45,15	59,62	14,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	68,29	68,29	16,50	-51,79
Demais Receitas Correntes	91,64	91,64	259,33	167,69
RECEITAS DE CAPITAL	6.443,65	6.443,65	5.624,50	-819,15
Operações de Crédito	12,70	12,70	-	-12,70
Operações de Crédito Internas	0,18	0,18	-	-0,18
Operações de Crédito Externas	12,52	12,52	-	-12,52
Alienação de Bens	558,24	558,24	148,55	-409,69
Alienação de Bens Móveis	470,23	470,23	13,19	-457,04
Alienação de Bens Imóveis	88,01	88,01	135,35	47,35
Amortização de Empréstimos	5.871,83	5.871,83	5.475,95	-395,89
Transferências de Capital	0,88	0,88	-	-0,88
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.973,09	8.973,09	9.253,79	280,71
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.973,09	8.973,09	9.253,79	280,71
DEFICIT	-	-	12.013,53	12.013,53
TOTAL	8.973,09	8.973,09	21.267,32	12.294,24
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-467,46	-	467,46
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	2.598,71	-	-
Créditos Cancelados	-	-3.066,17	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.531,98	12.436,09	12.074,61	11.600,70	10.929,57	361,48
Pessoal e Encargos Sociais	8.695,77	8.803,92	8.696,66	8.682,82	8.121,26	107,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.836,22	3.632,17	3.377,95	2.917,88	2.808,31	254,22
DESPESAS DE CAPITAL	9.765,51	9.393,94	9.192,71	5.589,43	5.579,49	201,23
Investimentos	1.260,28	2.711,69	2.695,70	36,67	31,71	15,98
Inversões Financeiras	8.505,23	6.682,26	6.497,01	5.552,76	5.547,78	185,25
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	492,61	492,61	-	-	-	492,61
SUBTOTAL DAS DESPESAS	22.790,10	22.322,64	21.267,32	17.190,13	16.509,06	1.055,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	22.790,10	22.322,64	21.267,32	17.190,13	16.509,06	1.055,32
TOTAL	22.790,10	22.322,64	21.267,32	17.190,13	16.509,06	1.055,32

Fonte: Siafiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2022

ANEXOS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de real

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	203,86	611,39	559,48	546,52	97,92	170,81
Pessoal e Encargos Sociais	26,61	11,18	26,31	26,31	7,70	3,77
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	177,25	600,22	533,16	520,21	90,22	167,04
DESPESAS DE CAPITAL	2.693,66	3.901,56	2.418,67	2.109,21	1.168,66	3.317,36
Investimentos	1.651,46	2.290,37	1.244,37	934,91	193,42	2.813,49
Inversões Financeiras	1.042,20	1.611,20	1.174,30	1.174,30	975,23	503,87
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.897,52	4.512,96	2.978,14	2.655,73	1.266,58	3.488,17

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	100,86	628,14	641,79	4,79	82,42
Pessoal e Encargos Sociais	0,32	586,91	585,72	0,21	1,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	100,54	41,23	56,07	4,58	81,12
DESPESAS DE CAPITAL	114,13	102,24	74,33	38,98	103,07
Investimentos	73,10	93,47	65,55	0,49	100,54
Inversões Financeiras	41,03	8,77	8,78	38,49	2,53
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	214,99	730,38	716,12	43,77	185,48

Fonte: SIAfiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB – dezembro 2022

4.4) BALANÇO FINANCEIRO

Valores em milhões de real

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	9.253,79	6.860,29	Despesas Orçamentárias	21.267,32	20.662,04
Ordinárias	604,40	441,25	Ordinárias	10.973,26	9.932,43
Vinculadas	8.544,18	6.353,71	Vinculadas	10.294,06	10.729,61
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	385,74	1.408,78
Alienação de Bens e Direitos	150,69	87,99	Previdência Social (RPPS)	2.492,40	875,11
Transferências Constitucionais e Legais	8,64	7,70	Receitas Financeiras		269,40
Outros Recursos Vinc.a Fundos, Órgãos e Programas	8.383,10	6.252,20	Dívida Pública	5,56	1.232,90
Recursos a Classificar	1,76	5,82	Alienação de Bens e Direitos		0,20
(-) Deduções da Receita Orçamentária	105,20	65,33	Transferências Constitucionais e Legais	9,61	
			Outros Recursos Vinculdos a Fundos, Órgãos e Programas	7.400,76	6.941,18
Transferências Financeiras Recebidas	43.709,69	40.440,05	Transferências Financeiras Concedidas	33.440,42	29.609,46
Resultantes da Execução Orçamentária	30.468,69	29.162,52	Resultantes da Execução Orçamentária	19.123,23	18.053,71
Cota Recebida	11.440,75	11.178,53	Repasso Concedido	6.077,73	5.962,36
Repasso Recebido	5.987,50	5.895,88	Sub-repasso Concedido	13.033,40	12.085,21
Sub-repasso Recebido	13.033,40	12.085,21	Cota Devolvida	5,07	3,25
Repasso Devolvido	5,13	1,65	Repasso Devolvido	5,13	1,65
Sub-repasso Devolvido	1,91	1,24	Sub-repasso Devolvido	1,91	1,24
Independentes da Execução Orçamentária	13.241,00	11.277,53	Independentes da Execução Orçamentária	14.317,19	11.555,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.048,06	4.718,91	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.371,77	2.661,32
Demais Transferências Recebidas	1.098,08	979,91	Demais Transferências Concedidas	1.104,72	997,33
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.080,08	5.578,53	Movimento de Saldos Patrimoniais	10.825,91	7.897,10
Movimentações para Incorporação de Saldos	14,79	0,18	Movimentações para Incorporação de Saldos	14,79	
Recebimentos Extraorçamentários	5.131,11	5.634,77	Pagamentos Extraorçamentários	3.507,21	3.438,07
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	681,07	623,30	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	716,12	685,35
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.077,20	4.512,96	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.655,73	2.571,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	105,47	130,44	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	109,84	180,86
Outros Recebimentos Extraorçamentários	267,37	368,07	Outros Pagamentos Extraorçamentários	25,52	0,08
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,12		Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento		0,08
Restituições a Pagar	0,37	0,01	Pagamento de Passivos Recebidos	24,18	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,01	0,10	Valores Compensados	1,35	
Arrecadação de Outra Unidade	250,50	344,39			
Valores para Compensação		0,52			
Demais Recebimentos	16,37	23,05			
Saldo do Exercício Anterior	7.405,59	8.180,03	Saldo para o Exercício Seguinte	7.285,23	7.405,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.405,59	8.180,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.285,23	7.405,59
TOTAL	65.500,18	61.115,15	TOTAL	65.500,18	61.115,15

Fonte: Siafiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2022

4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em milhões de real

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.351,23	18,58	0,01	18,96	12,76	347.674,49	-	-	351.076,03
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-1,39	-	-	-	-88.363,62	-	-	-88.365,01
Aumento/Redução de Capital	-	38,48	-	-	-	-	-	-	38,48
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.546,23	-	-	2.546,23
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-18,96	-	19,17	-	-	0,20
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.351,23	55,67	0,01	-	12,76	261.876,27	-	-	265.295,93

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	3.351,23	55,67	0,01	-	12,76	261.876,27	-	-	265.295,93
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0,43	-	-	-	1.027,30	-	-	1.027,73
Aumento/Redução de Capital	55,67	-39,31	-	-	-	-	-	-	16,36
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	10,43	-	-	10,43
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.119,74	-	-	2.119,74
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-0,09	-	-	-0,09
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	3.406,90	16,80	0,01	-	12,76	265.033,65	-	-	268.470,11

Fonte: Siafiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2022

4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em milhões de real

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.145,21	1.328,58
INGRESSOS	47.711,71	43.859,12
Receita Tributária	68,25	66,37
Receita de Contribuições	2.276,65	1.904,51
Receita Patrimonial	40,07	31,14
Receita Agropecuária	14,39	11,91
Receita Industrial	0,05	0,03
Receita de Serviços	276,91	185,05
Remuneração das Disponibilidades	601,54	472,69
Outras Receitas Derivadas e Originárias	336,26	245,57
Transferências Recebidas	15,18	3,29
Intergovernamentais	-	-0,03
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-0,03
Outras Transferências Recebidas	15,18	3,25
Outros Ingressos Operacionais	44.082,41	40.938,57
Ingressos Extraorçamentários	105,47	130,44
Restituições a Pagar	0,37	0,01
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,01	0,10
Transferências Financeiras Recebidas	43.709,69	40.440,05
Arrecadação de Outra Unidade	250,50	344,39
Valores para Compensação	-	0,52
Demais Recebimentos	16,37	23,05
DESEMBOLSOS	-46.566,50	-42.530,55
Pessoal e Demais Despesas	-10.963,81	-10.735,97
Administração	-0,46	-0,59
Defesa Nacional	-0,23	-0,35
Assistência Social	-165,12	-255,51
Previdência Social	-2.839,64	-2.774,06
Direitos da Cidadania	-1,18	-2,49
Urbanismo	-24,59	-
Gestão Ambiental	-39,11	-37,60
Ciência e Tecnologia	-0,05	-0,41
Agricultura	-6.635,23	-6.599,33
Organização Agrária	-1.094,06	-897,44
Indústria	-0,11	-0,04
Comércio e Serviços	-	-0,01
Energia	-0,01	-0,14
Encargos Especiais	-164,14	-167,93
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,12	-0,08
Transferências Concedidas	-2.026,91	-2.004,26
Intergovernamentais	-943,16	-907,76
A Estados e/ou Distrito Federal	-297,05	-490,84
A Municípios	-646,11	-416,92
Intragovernamentais	-1.041,84	-1.056,40
Outras Transferências Concedidas	-41,91	-40,09
Outros Desembolsos Operacionais	-33.575,78	-29.790,32
Dispêndios Extraorçamentários	-109,84	-180,86
Pagamento de Passivos Recebidos	-24,18	-
Transferências Financeiras Concedidas	-33.440,42	-29.609,46
Valores Compensados	-1,35	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.265,58	-2.103,02
INGRESSOS	5.624,50	3.939,74
Alienação de Bens	148,55	87,04
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.475,95	3.852,69
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-6.890,07	-6.042,75
Aquisição de Ativo Não Circulante	-107,95	-113,62
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-6.631,79	-5.743,31
Outros Desembolsos de Investimentos	-150,33	-185,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-120,37	-774,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.405,59	8.180,03
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.285,23	7.405,59

Fonte: Siafiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2022

5) Notas Explicativas

5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques. Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

No que diz respeito aos programas de empréstimos concedidos, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, por meio do Terra Brasil, tem por objetivo de promover a compra de terra de trabalhadores rurais, além de servir como instrumento de investimento em infraestrutura, contratação de assistência técnica e extensão rural, estruturação de projetos produtivos. Cabe destacar, nesse programa, a disponibilidade de três linhas de crédito:

1. PNCF. Social – abrange a região Norte e a área da SUDENE. É disponibilizada para o trabalhador rural que possua renda anual de até R\$24.898,49 e patrimônio limitado a R\$40.000,00. Os juros para essa linha de crédito são de 0,05%a.a. Podem obter bônus de 40%.
2. PNCF Mais – possui abrangência nas demais regiões, com exceção da SUDENE. Está disponível para o trabalhador rural que atenda aos seguintes requisitos: renda anual de até R\$49.796,98 e patrimônio líquido limitado a R\$80.000,00. Os juros praticados para essa linha de crédito são de 2,5a.a. Podem obter bônus de 20%.
3. PNCF Empreendedor – abrange todo o Brasil, para trabalhadores rurais que possuem renda anual de até R\$268.903,65 e patrimônio de até R\$500.000,00. Os juros cobrados são de 4%a.a. Nessa linha não há nenhum tipo de bonificação.

É importante ressaltar que para todas essas linhas de crédito disponibilizadas, tanto a renda anual quanto o teto do financiamento são de R\$174.289,41, atualizados anualmente pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Além disso, as linhas de crédito mencionadas possuem dois componentes: o subprojeto de aquisição de terras – SAT, para financiamento para a aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento; e o subprojeto de investimentos básicos – SIB, para projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT.

5.2.4) Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. No âmbito do MAPA a CONAB possui maior destaque no saldo de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa, somente no INCRA tem-se a Dívida Ativa não Tributária e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no INCRA, referem-se a recursos para fomento (Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional) com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo e, no FUNCAFÉ, referem-se à Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

5.2.6) Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

5.2.7) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.8) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

5.2.9) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis devem ser iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.10) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.11) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

A conta "Precatório de terceiros", no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

5.2.12) Empréstimos e Financiamentos

Compreende as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA, há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB, que se referem a repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos,

vinculados a Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.

5.2.13) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) Riscos trabalhistas; (ii) Riscos fiscais; (iii) Riscos cíveis; (iv) Repartição de créditos tributários; (v) Provisões matemáticas; e (vi) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas na Conab e Embrapa;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na Conab;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na Conab; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo na Conab e Embrapa.

5.2.14) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis deste trimestre.

5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

Em 2019, a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;

O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

O DECRETO Nº 10.253, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O DECRETO Nº 11.231, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

5.5) Partes Relacionadas

EMBRAPA – Posição Set/2022

Remuneração de empregados

A política salarial da Embrapa contempla remunerações para o quadro de empregados variando entre R\$ 2 mil e R\$ 39 mil, com média salarial de R\$ 20 mil. No levantamento foi considerada toda base remuneratória, incluindo incorporação de função gratificada, anuênio/quinquênio, função gratificada, adicional de titularidade, complementação pecuniária, horas extras, adicional de atividade jurídica e adicional de atividade jornalística.

Remuneração de dirigentes

A remuneração mensal de dirigentes é fixa de R\$ 31 mil com adicionais de um terço de férias e pagamento de 13º salário. Não é praticada a remuneração variável na Embrapa.

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria-Executiva.

Entidade fechada de previdência complementar

A Embrapa colocou à disposição de seus empregados dois planos de benefícios de previdência complementar: o plano Embrapa Básico e o plano Embrapa-FlexCeres. Na Tabela 01 demonstra-se, por plano, os valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

O plano Embrapa Básico, que está fechado para novas inscrições, é um plano estruturado na modalidade de benefício definido, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no salário.

O plano Embrapa-FlexCeres é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo INPC, e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no saldo acumulado de contribuição (participante mais patrocinadora). Os benefícios de risco são calculados com base no salário.

Os benefícios cobertos pelos dois planos são as aposentadorias programadas, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença, o auxílio-reclusão ou detenção, a pensão por morte e o pecúlio por morte. Os planos patrocinados pela Embrapa encerraram o mês de setembro de 2022 com 11.778 participantes e assistidos, sendo 7.370 no plano Embrapa Básico e 4.408 no plano Embrapa-FlexCeres (Tabela 04).

Tabela 01. Valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Plano	Patrocinadora	Participantes	Total
Embrapa Básico	53.415	37.652	91.067
Embrapa-FlexCeres	76.754	41.434	78.188
Total	90.169	79.086	169.255

Tabela 02. Plano Embrapa Básico – em setembro de 2022

R\$ mil

Item	Total
Patrimônio de cobertura do plano (A)	5.801.577
Provisões matemáticas (B)	5.424.995
Equilíbrio técnico contábil C = (A - B)	376.582
Ajuste de precificação (D) ⁽¹⁾	334.272
Superávit total acumulado = (C + D)	710.854

⁽¹⁾O ajuste de precificação corresponde à diferença do valor contábil dos títulos públicos marcados a vencimento e o valor calculado desses títulos, considerando-se a taxa de juros real do plano de benefícios.

Tabela 03. Plano Embrapa-FlexCeres – em setembro de 2022

R\$ mil

Item	Total
Patrimônio de cobertura do plano (A)	1.636.575
Provisões matemáticas (B)	1.639.610
Equilíbrio técnico contábil C = (A - B)	-3.035
Ajuste de precificação (D) ⁽¹⁾	13.888
Superávit total acumulado = (C + D)	10.853

⁽¹⁾O ajuste de precificação corresponde à diferença do valor contábil dos títulos públicos marcados a vencimento e o valor calculado desses títulos, considerando-se a taxa de juros real do plano de benefícios.

Tabela 04. Número de participantes (ativos e assistidos) por plano, em 30 de setembro de 2022.

Plano	Participante	Assistido	Total
Embrapa Básico	2.315	5.055	7.370
Embrapa-FlexCeres	4.193	215	4.408
Total	6.508	5.270	11.778

Plano de saúde– Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa

A Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Casembrapa) foi constituída em outubro de 2007 como uma operadora de saúde suplementar de médio porte, no modelo de funcionamento de autogestão, com natureza assistencial, sem fins lucrativos, com sede em Brasília, DF e de abrangência em todo território nacional.

Conforme o art. 6º do Estatuto Social da Casembrapa, essa instituição tem como objetivos sociais prestar, aos seus associados, assistência suplementar à saúde; praticar ações para a prevenção de doenças, promoção, reabilitação e recuperação da saúde; celebrar convênios de reciprocidade com outras operadoras para melhor

atendimento aos associados e dependentes; e firmar convênios de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde (ANS) e o Ministério da Saúde para promoção de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da assistência à saúde suplementar e da autogestão.

Em 30 de setembro de 2022, a Casembrapa possuía 22.042 beneficiários, enquadrando-se na categoria de operadora de médio porte (entre 20 mil e 100 mil). Em relação ao exercício anterior (2021), houve uma redução no número de beneficiários de aproximadamente 1,15%.

Para fins de análise das características da carteira de beneficiários, o grupo foi desmembrado em duas categorias:

- a) **Ativos:** composto por empregados em efetivo exercício na Embrapa e respectivos dependentes.
- b) **Assistidos:** composto por ex-empregados – aposentados ou demitidos sem justa causa –, viúvos (as) e respectivos dependentes.

A contribuição dos inativos é composta por: 5,19% sobre a última referência salarial que se encontravam vinculados na época do desligamento (por grupo familiar) mais a parte patronal paga pelos inativos: R\$ 292,03 (per capita) mais coparticipação quando houver utilização.

Nas Tabelas 56 a 60 demonstram-se as despesas, as receitas (de janeiro a setembro de 2022), o resumo do balanço patrimonial e o resultado do exercício do plano Casembrapa.

Tabela 06. Casembrapa – Despesas realizadas (janeiro a setembro de 2022)

R\$ mil

Faixa Etária	Ativo	Inativo	Casembrapa	Total
De 0 a 18 anos	5.841	215	176	6.232
De 19 a 23 anos	1.966	200	9	2.175
De 24 a 28 anos	2.103	15	261	2.379
De 29 a 33 anos	556	18	106	681
De 34 a 38 anos	3.883	21	138	4.042
De 39 a 43 anos	5.867	80	88	6.036
De 44 a 48 anos	5.857	163	51	6.071
De 49 a 53 anos	6.958	1.256	38	8.252
De 54 a 58 anos	11.351	1.776	38	13.165
59 anos ou mais	22.307	46.722		69.029
TOTAL	66.689	50.468	905	118.062

Tabela 07. Receita realizada do plano Embrapa (janeiro a setembro de 2022)

R\$ mil

Faixa etária	Mensalidade		Patronal		Total	
	Ativo	Inativo	Inativo	Embrapa – PDI		
De 0 a 18 anos			180	11.592	240	12.012
De 19 a 23 anos			110	2.876	166	3.152
De 24 a 28 anos			6	143	4	153
De 29 a 33 anos	100		2	450	19	571
De 34 a 38 anos	2.057		7	2.105	16	4.185
De 39 a 43 anos	6.376	14	61	4.694	45	11.190
De 44 a 48 anos	7.341	31	75	4.849	55	12.351
De 49 a 53 anos	6.854	61	134	4.701	113	11.863
De 54 a 58 anos	7.841	245	394	5.501	336	14.317
59 anos ou mais	12.848	12.065	7.014	7.684	3.744	43.355
Total	43.417	12.416	7.983	44.595	4.738	113.149

Tabela 08. Receita realizada do plano Casembrapa (janeiro a setembro de 2022)

R\$ mil

Faixa etária	Mensalidade	Patronal	Total
	Associado Casembrapa	Casembrapa	
De 0 a 18 anos	1	233	234
De 19 a 23 anos	2	32	33
De 24 a 28 anos	13	37	51
De 29 a 33 anos	31	60	91
De 34 a 38 anos	45	105	151
De 39 a 43 anos	36	81	117
De 44 a 48 anos	19	50	69
De 49 a 53 anos	4	11	14
De 54 a 58 anos	9	15	24
59 anos ou mais	-	3	3
Total	160	627	787

Tabela 09. Casembrapa – Resumo do balanço patrimonial em setembro de 2022

R\$ mil

Balanço	Set./2022	Set./2021
Ativo	124.515	131.534
Ativo circulante	123.901	131.035
Ativo não circulante	614	499
Passivo	124.515	131.534
Passivo circulante	32.518	25.448
Patrimônio líquido	91.997	106.086

Tabela 10. Casembrapa – Demonstração do resultado do exercício em setembro de 2022

R\$ mil

Demonstração do resultado	Set./2022	Set./2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	101.053	61.509
Receita com Operações de Assistência à Saúde	101.053	61.509
Contraprestações Emitidas / Prêmios Emitidos	113.938	114.380
(-) Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida	-7.359	-52.871
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	-5.526	
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	-111.625	-56.153
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	-111.125	-55.572
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-500	-582
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-10.572	5.356
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	6.452	5.280
Outras Receitas Operacionais	6.452	5.280
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	-458	-1.036
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-533	-874
Provisão para Perdas Sobre Créditos	74	-162
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	-6.450	-5.280
Despesas com Operações de Assistência à Saúde	-6.450	-5.280
RESULTADO BRUTO	-11.028	4.320
Despesas Administrativas	-11.166	-9.784
Resultado Financeiro Líquido	7.977	2.333
Receitas Financeiras	9.225	2.664
Despesas Financeiras	-1.249	-331
Resultado Patrimonial	15	
Receitas Patrimoniais	15	
Despesas Patrimoniais		
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	-14.204	-3.131
RESULTADO LÍQUIDO	-14.204	-3.131

5.5.2) CONAB**Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS**

Os três Planos de Benefícios de Previdência Complementar administrados pelo Cibrius são:

Denominação Do Plano	Modalidade	CNPB	Patrocinadores
CONAB	BD	1979.0007-19	Conab e Cibrius
CONAB SALDADO	BD	2015.0014-92	Conab e Cibrius
ConabPrev	CD	2015.0013-11	Conab e Cibrius

O Plano CONAB (BD) foi criado em 1979 e fechado para novas adesões em razão do seu saldamento em 2015. Seus benefícios são reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base na média dos 36 últimos salários.

O Plano CONAB SALDADO (BD) foi criado em 2015 e nele foram recepcionados os recursos saldados dos participantes que migraram do Plano CONAB, também fechado para novas adesões e contribuições. Seus benefícios são reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O Plano ConabPrev (CD) foi criado em 2015, recepcionando os recursos dos participantes que migraram do Plano CONAB e passando a receber as contribuições tanto dos migrados como dos novos participantes, com paridade do patrocinador, permanecendo aberto para novas adesões. Os benefícios são calculados com base no saldo acumulado pelo participante no período contributivo, que engloba contribuições dos participantes e patrocinadores no mesmo valor. Os saldos em cotas são rentabilizados mensalmente pela cota patrimonial, bem como os benefícios dos assistidos.

Além dos benefícios de aposentadoria normal, o Plano conta com um fundo de risco coletivo que complementa da reserva até a data prevista de aposentadoria para participantes que se invalidam ou beneficiários de participantes que falecem no período contributivo.

Os benefícios oferecidos pelos Planos são as de aposentadorias programadas por prazo certo ou indeterminado, por invalidez, auxílio-doença, pensão e os pecúlios por morte nos planos BD para um determinado grupo de participantes e assistidos.

Os Planos de Benefícios, incluindo as submassas do ConabPrev possuíam as seguintes quantidades de participantes e assistidos a eles vinculados em 31/08/2022:

Situação	Conab	Conab Saldado	Conab Prev	Total
Participantes*	9	446	2.213	2.668
Assistidos	32	966	295	1.293
Pensionistas	42	493	15	550
Autopatrocinaos	-	-	24	24
Totais	89	1.905	2.547	*4.535

*Dentre os participantes dos planos CONAB SALDADO e ConabPrev há 481 que participam concomitantemente de ambos.

Atualmente há o contrato firmado para o saldamento do plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Desde janeiro de 2020, até 31/12/2022 foram pagas 36 (trinta e seis) parcelas do contrato.

6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

6.1) BALANÇO PATRIMONIAL

A - Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.285,23	7.405,59	-1,63%	65,93%
Créditos a Curto Prazo	3.583,78	4.153,53	-13,72%	32,44%
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,38	0,47	-19,15%	0%
Estoques	179,68	170,69	5,27%	1,63%
VPDs Pagas Antecipadamente	0	0,01	-	-
Total	11.049,07	11.730,30	-5,81%	100%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 272,677 bilhões**, o Ativo Circulante ocupa pouca representatividade, pois seu saldo de **R\$ 11,049 bilhões** representa apenas 4,05% e diminuiu 5,81% com relação a dezembro de 2021.

➤ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ Milhões			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	3.017,33	41,42%	3.285,59	44,37%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	2.542,73	34,90%	2.188,03	29,55%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	1.030,45	14,14%	913,06	12,33%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	43,72	0,60%	398,64	5,38%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	572,39	7,86%	569,51	7,69%
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	67,40	0,93%	39,12	0,53%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5,38	0,07%	5,39	0,07%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,59	0,06%	4,97	0,07%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1,13	0,02%	1,04	0,01%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,10	0%	0,26	0%
Totais	7.285,23	100%	7.405,59	100%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 65,94% refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa que, neste trimestre apresenta o saldo de **R\$ 7,29 bilhões**, destacando-se o valor de R\$ 3,02 bilhões da conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** que representa 41,42% do total da rubrica e refere-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União. Já em relação aos **Títulos da Dívida Agrária**, que equivalem a 34,90%, os mesmos referem-se às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária, registrados no órgão **Incra**.

Com relação ao Saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito, em que a STN solicitou justificativas através de mensagem SIAFI, foi criado o Grupo de trabalho conforme O.S. Nº 988/2020/DO/SEDE/INCRA. Na ocasião, destacou-se também os impactos decorrentes da pandemia de covid-19, que em determinado grau, influenciaram também nas providências a serem tomadas e apesar desse infortúnio, o montante relativo aos TDAs foi reduzido paulatinamente, pois como se verifica no quadro acima, o saldo referente aos títulos da dívida agrária em trânsito foram diminuídos, chegando na ordem de 89,03%. Portanto, saiu de R\$ 398,64 milhões, em dezembro de 2021,

para apenas R\$ 43,72 milhões no último trimestre de 2022. Isso demonstra esforço e empenho por parte do INCRA para regularização do saldo apontado.

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 7,29 bilhões

- Moeda Nacional em 31/12/2022 **R\$ 7,28 bilhões**
- Moeda Estrangeira em 31/12/2022 **R\$ 4,59 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 7,28 bilhões

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 3,02 bilhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 5,48 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 68,53 milhões**
- Recursos Liberados pelo Tesouro **R\$ 1,60 bilhões**
- Títulos da Dívida Pública em poder da UG **R\$ 2,59 bilhões.**

R\$ Milhões

Por Órgão	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	3.021,00	3.302,17	-8,51%	41,47%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	3.044,82	2.959,59	2,88%	41,79%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	473,89	479,51	-1,17%	6,50%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	265,54	238,20	11,48%	3,65%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	328,53	297,04	10,60%	4,51%
FUNDO DE TERRAS	143,48	128,77	11,42%	1,97%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	7,97	0,31	2.470,97%	0,11%
Total:	7.285,23	7.405,59	-1,63%	100%

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o aumento, em relação ao último trimestre de 2021 em 2.240,97% no Serviço Florestal Brasileiro (SFB) — decorrente de recursos de despesas de custeio/investimento do Fundo da Amazônia. Apesar do elevado aumento, em números absolutos não representou um saldo significativo na composição da Conta Caixa e seus equivalentes. Os órgãos que representam maiores montantes em termos absolutos apresentaram variações positivas, como a EMBRAPA (11,48%), o Fundo de Terras (11,42%) e a CONAB (10,60%).

➤ Créditos a Curto Prazo:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
TOTAL - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.583,78	4.153,59	-13,72%	-
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.741,71	1.532,76	13,63%	100%
CLIENTES	5,65	22,67	-75,08%	0,32%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	1.738,27	1.510,44	15,08%	99,80%
AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	(2,21)	(0,35)	531,43%	-0,12%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.842,07	2.620,78	-29,71%	100%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	247,88	405,43	-38,86%	13,46%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	186,62	160,49	16,28%	10,13%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	16,42	15,72	4,45%	0,89%
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-	-	-
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.392,02	2.040,00	-31,76%	75,57%
AJUSTE P/PERDA DE MAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(0,87)	(0,87)	0%	-0,05%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 32,44% refere-se a Créditos a Curto Prazo que, neste trimestre, apresenta o saldo de **R\$ 3,58 bilhões**, diminuindo 13,72% com relação ao último trimestre de 2021.

➤ **Empréstimos e Financiamentos Concedidos:**

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	1.738,27	1.510,44	15,08%	100%
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	100,21	151,49	-33,85%	5,76%
EMPREST A CONCEDER PELOS AGENTES FINANCEIROS	1.638,06	1.358,95	20,54%	94,24%

R\$ Milhões

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	100,21	151,49	5,76
FUNDO DE TERRAS	1.638,06	1.358,95	94,2
Total:	1.738,27	1.510,44	100 %

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos são compostos por **Empréstimos Concedidos a Receber** no total de R\$ 100,21 milhões que referem-se a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária do INCRA e **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros** – no total de R\$ 1,64 bilhão, que representam 94,24% do valor total da rubrica e refere-se à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

Quanto ao saldo de empréstimos e financiamentos concedidos:

- **No INCRA**, refere-se à modalidade de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária, no entanto, não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência;
- **No FUNDO DE TERRAS**, refere-se aos financiamentos com o BNDES o qual tem a gestão financeira do FTRA e as atribuições de receber recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, também não há contabilização dos juros contratuais por competência. Em todos os casos estuda-se junto a CCONT/STN a possibilidade da efetivação desses registros.

➤ **Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:**

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	247,88	405,43	14,61%	100%
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	20,06	164,76	-38,86%	8,09%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	82,53	92,69	-10,96%	33,29%
ADIANTAMENTO DE VIAGENS	0,04	0,05	-20,00%	0,02%
SALÁRIOS E ORDENADOS	12,27	11,27	8,87%	4,95%
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	82,11	115,28	-28,77%	33,12%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1,31	1,00	31,00%	0,53%

ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVIÇO	0,16	0,16	0%	0,06%
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	29,19	0,3	9.630,00%	11,78%
ADIANTAMENTOS DE TRANSFERÊNCIA LEGAL	5,46	5,40	1,11%	2,20%
ADIANTAMENTOS A UNIDADES E ENTIDADE	14,76	14,77	-0,70%	5,96%

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.392,02	2.040,00	-28,04%	
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	371,87	1.296,23	-71,31%	26,71%
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	1.020,15	743,77	37,16%	73,29%

R\$ Milhões

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	% AH	% AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	20,27	22,36	-9,35%	1,45%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	21,15	25,42	-16,80%	1,52%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	21,42	19,33	10,81%	1,54%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	482,84	254,38	89,81%	34,69%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	500,78	449,62	11,38%	35,98%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	345,55	1.268,89	-72,77%	24,82%
Total	1.392,02	2.040,00	-31,76%	100%

O saldo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apresentou aumento significativo em relação ao último trimestre de 2021, na ordem de 89,81%, oriundos de valores relativos a termos de execução descentralizada (TEDs). Ainda sobre esse instrumento de repasse, considerando todos os órgãos, é importante enfatizar que os TEDs respondem por 99,19% dos recursos presentes na conta Outros Créditos a Receber e Valores a CP – Intra OFSS.

A CONAB e o INCRA juntos, no que diz respeito à conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo representam, 59,51% do valor total da rubrica. No entanto, a CONAB apresentou forte redução da ordem de 72,77%, comparado a dezembro de 2021. O MAPA, que absorveu a maior parcela de representatividade nessa rubrica, 35,98% do total, além de ter apresentado um acréscimo de 11,38% quando comparado ao saldo da conta de dezembro de 2021, como indica a tabela. Essa porcentagem também é oriunda de Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados.

➤ **Estoque:**

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
ESTOQUES	179,68	171,65	4,68%	100%
MERCADORIAS PARA REVENDA	123,07	116,06	6,04%	68,49%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	2,74	1,85	48,11%	1,52%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO	0,35	0,36	-2,78%	0,20%
MATERIAIS EM TRANSITO	0,10	0,41	-75,61%	0,06%
ALMOXARIFADO	46,38	44,12	5,12%	25,81%
OUTROS ESTOQUES	7,05	8,86	5,76%	3,92%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 2,47% refere-se a Estoques que, no último trimestre de 2022, apresentou saldo de R\$ 179,68 milhões e aumentou 4,68% com relação ao último trimestre de 2021. Os estoques compreendem especialmente as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração e almoxarifado.

R\$ Milhões

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	% AH	% AV
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	14,60	13,44	8,63%	8,12%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	2,94	2,81	4,63%	1,64%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	41,35	39,80	3,89%	23,01%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	120,79	115,59	4,50%	67,23%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	-	0,01	-	-
Total	179,68	171,65	28,56%	100%

Em relação aos Estoques, destaca-se o saldo da **CONAB**, que representa 67,23% de todo o grupo e aumentou apenas 4,50%, com relação ao último trimestre de 2021, que tem sua concentração maior ligada à aquisição de produtos que compõem a cesta básica para doação.

O saldo de estoques da **Embrapa**, representa 23,01% do grupo e aumentou apenas 3,89% com relação ao último trimestre de 2021 e concentra-se nos estoques reguladores e estratégicos.

B - Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Ativo Realizável a Longo Prazo	26.725,04	25.711,65	3,94%	10,22%
Investimentos	14,06	14,03	0,21%	0%
Imobilizado	234.754,32	234.675,39	0,03%	89,73%
Intangível	134,91	122,85	9,82%	0,05%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 261,628 bilhões**, o Ativo Não Circulante representa 95,95% e seu saldo aumentou 3,94% com relação ao último trimestre de 2021.

➤ Ativo realizável a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	26.725,04	25.711,65	3,94%	100%
CLIENTES , EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS E DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	16.761,68	15.843,27	5,80%	62,72%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9.963,36	9.868,38	0,96%	37,28%
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LP	-	-	-	-

➤ **Créditos a Longo Prazo - Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo**

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
CREDITOS A LONGO PRAZO	16.761,68	15.843,27	13,00%	100%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	16.421,43	15.503,02	13,28%	97,97%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - ESTOQUE PROPRIO	201,38	201,35	0%	1,20%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	138,87	138,87	0%	0,83%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - PRESTACAO SERVICOS	0,03	0,03	0%	0%

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

R\$ Milhões

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	6.279,13	6.222,57	0,91%	38,24%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	7.007,86	6.146,01	14,02%	42,67%
FUNDO DE TERRAS	3.134,44	3.134,44	0%	19,09%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	-	-		
Total	16.421,43	15.503,02	13,28%	100%

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram aumento de 13,00% em relação ao último trimestre de 2021, destacando-se o **Funcafé**, responsável por 42,67% do total dessa conta, e refere-se à financiamento da atividade de cafeicultura mediante contrato. De outro lado, o **INCRA**, que representa **38,24%** do total desse subgrupo, apresentou reduzida variação de 0,91% com relação ao último exercício devido ao recebimento de empréstimos concedidos para implantação, alimentação, fomento e habitação em comunidades e projetos de assentamento.

Relativo ao **Funcafé**, detentor da maior fatia do subgrupo, importa esclarecer, no que diz respeito aos encargos financeiros, condições e juros praticados junto aos beneficiários, que nas diversas linhas de crédito à disposição são praticadas taxas de até 11%a.a. Os limites anuais do crédito de custeio para o cafeicultor são de até 3 milhões de reais. Já para as cooperativas de produção, nessa mesma linha de crédito, esse limite vai até 50 milhões de reais. Há um limite individual de R\$ 500.000,00 por associado ativo da cooperativa de produção a ser observado. Outra linha de crédito disponibilizada é o crédito de comercialização, que atende cafeicultores com recursos de até R\$ 4,5 milhões de reais, enquanto que para as cooperativas de produção esse limite corresponde a 50% da capacidade anual de beneficiamento ou industrialização, por cooperativa de produtores rurais que beneficie ou industrialize o produto. No crédito para cooperativa de produção deve ser observado o limite de R\$4,5 milhões/associado ativo.

Respeitado o limite de 50% da capacidade anual de beneficiamento ou industrialização, são também disponibilizadas linhas de financiamento para aquisição de café – FAC, esta serve para a indústria torrefadora de café, indústrias de café solúvel, beneficiadores, exportadores e cooperativas de cafeicultores que exerçam as atividades de beneficiamento, torrefação ou exportação de café, no limite de até 40 milhões de reais. Outras linhas de crédito para capital de giro, operações em mercados futuros ou contratos de opções, ou ainda para recuperação de cafezais danificados são ofertadas. No entanto, todas elas seguem as normas da Resolução CMN nº 5.025, de 29/06/2022, no que tange ao crédito rural. Essa Resolução segue o previsto no art. 6º da Lei nº 10.186/2001, que estabelece as condições de concessão dos financiamentos amparados com recursos do Funcafé.

Dívida Ativa Não Tributária

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	138,87	138,87	0%	100%
Total	138,87	138,87	0%	100%

A Dívida Ativa Não Tributária do **Incra** (100% do total da rubrica) é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, as publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia citada.

➤ **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:**

R\$ Milhões

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	8.137,41	8.145,14	-0,09%	81,67%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.356,57	1.302,63	4,14%	13,62%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	395,61	366,11	8,06%	3,97%
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO	72,31	53,05	36,31%	0,73%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1,45	1,45	0%	0,01%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	-	-	-	-
Total	9.963,35	9.868,38		100%

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	9.443,86	9.410,69	1,54%	100%
CRÉDITOS A RECEBER - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	7.808,74	7.827,28	0,24%	82,69%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	1.273,28	1.225,35	3,91%	13,48%
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	326,19	323,65	0,78%	3,45%
CRED POR CONCESSÃO DIREITO USO/EXPLORAÇÃO DE BENS	0,06	0,06	0%	
CRED A RECEBER POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV	12,38	12,34	0,32%	0,13%
DUPLICATAS E TÍTULOS EM CONTENCIOSO	6,59	6,47	1,85	0,07%
CRÉDITOS PARCELADOS	16,61	14,90	11,48%	0,18%
TÍTULOS A RECEBER	-	0,12	-	
CRED A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES-LG PZ	-	0,51	-	

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo sofreu leve redução de 0,09% e o órgão **Incra** representa 81,67% do total da rubrica, no valor de **R\$ 8,14 bilhões**. Desse total, R\$ 7,81 bilhões refere-se a conta “Créditos a receber – Regularização” que tem como função registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

No que diz respeito aos créditos a receber oriundos de infrações aplicadas nas fiscalizações promovidas pelo MAPA, conforme apontado em auditoria promovida pela Controladoria Geral da União (CGU), houve a cobrança por parte dos setores que aplicam essas infrações para que possam sistematizar o processo de registro desses créditos de modo que os valores a receber sejam de fato registrados no SIAFI, espelhando faticamente a situação desses valores que devem figurar no ativo do Ministério. Atualmente, algumas providências já estão sendo tomadas, portanto, estão em fase de andamento, inclusive as ações constam do processo SEI aberto no âmbito do MAPA sob o número 21000.126050/2022-18.

- **O Imobilizado** é objeto de análise à parte conforme a [Nota nº004](#);
- **O Intangível** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#);

- Os Investimentos são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº006](#).

C - Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	2.829,00	5.048,32	-43,96%	100%
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.195,13	3.015,65	-60,37%	42,25%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	996,76	1.068,91	-6,75%	35,23%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4,98	603,26	-99,17%	0,17%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	443,21	196,18	125,92%	15,67%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	167,10	161,00	3,79%	5,91%
Provisões a Curto Prazo	-	1,51	-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	21,81	1,81	1.104,98%	0,77%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 5,21 bilhões**, o Passivo Circulante representa 54,32% e seu saldo no total de R\$ 2,83 bilhões representou uma significativa redução da ordem de 43,96% com relação ao último trimestre de 2021.

No que se refere aos empréstimos e financiamentos a curto prazo, mais especificamente quanto aos contratos de empréstimos internos (Fundo de Terras), os saldos foram regularizados pelos pagamentos correspondentes à capitalização do FTRA referente a reembolso e capitalização financeira da CEF, BB, BNB e BNDES para o corrente ano, conforme processo nº 55000.000698/2011-16. Nesse ponto, importa destacar que houve uma acentuada redução dos empréstimos e financiamentos de curto prazo no total de 99,17% integralmente representados pelo Fundo de Terras. Já no que tange aos débitos de operações especiais (CONAB), o saldo foi regularizado através de baixa em virtude de alterações na ação 2130 – Formação de Estoques – CONAB, por meio de transferências, quitações de diversas parcelas e recebimento de receitas de vendas em balcão.

No que diz respeito às transferências fiscais a curto prazo, que sofreu uma elevada variação de 125,92%, cabe ressaltar que o MAPA é responsável por 87,67% do total dos valores apresentados, em sua maioria celebrados por meio de contratos junto à CEF.

Outra conta do passivo circulante que merece destaque, devido a sua alta taxa de variação apresentada, quando comparada ao último trimestre de 2021 é a das demais obrigações a curto prazo, que também sofreu redução de 60,37%.

Ainda referente ao Passivo Circulante, em último lugar, porém não menos importante, ante a variação apresentada de 1.104,98%, a conta obrigações fiscais a curto prazo detém esse saldo e o maior detentor das quantias representadas na referida conta é a CONAB.

- **Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:** são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº001](#);

➔ **Demais Obrigações a Curto Prazo:**

R\$ Milhões

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	182,59	1.627,35	-88,78%	15,28%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	753,43	1.164,81	-35,32%	63,04%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	154,20	143,88	7,17%	12,90%

MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	99,22	73,31	35,34%	8,30%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	0,28	0,91	-69,23%	0,03%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	5,41	5,38	0,56%	0,45
FUNDO DE TERRAS	-	0,01	-	-
Total:	1.195,13	3.015,65	-60,37%	100%

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	AV%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		
VALORES RESTITUÍVEIS	106,76	8,93%
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	1,88	0,16%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.072,81	89,77%
DIVIDENDOS E JCP A PAGAR	13,68	1,14%
TOTAL	1.195,13	100%

Diante da variação negativa de 60,37% das Demais Obrigações a Curto Prazo, destacou-se o INCRA, que sofreu acentuada redução de 88,78% por conta das transferências de obrigações a pagar relativas aos precatórios. Além do INCRA, o Funcafé incorreu numa diminuição de 69,23% em relação a dezembro de 2021. No entanto, essa variação representou uma pequena quantia em relação ao total da conta. Já a CONAB, responsável por 63,04% do total do subgrupo, também apresentou redução, porém de 35,32%. Muito embora essa variação tenha sido menor que a do INCRA, é mais significativa e se deve a Termos de Execução Descentralizada (TED).

D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.380,34	1.909,97	24,62%	100%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	3,01	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,93	0,02%	13,27%
Provisões a Longo Prazo	1.143,64	653,79	74,92%	48,05%
Demais Obrigações a Longo Prazo	920,83	937,24	-1,75%	38,68%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 5,21 bilhões**, o Passivo Não Circulante representa 45,68% e seu saldo no total de R\$ 2,38 bilhão aumentou 24,61% com relação ao último trimestre de 2021.

O subgrupo **Provisões a Longo Prazo**, apresentou um aumento de 74,92% em relação ao último trimestre de 2021. Além disso, como indica a tabela, representa 48,05% do total do Passivo Não Circulante. Cabe ressaltar que a maior parte desse montante corresponde aos registros dos resultados previstos na CVM nº 695/2012 por parte da EMBRAPA relativos a planos previdenciários e planos de saúde.

- **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo:** são objeto de análise a parte conforme a **Nota nº 001;**
- **As Provisões a Longo Prazo:** são objeto de análise a parte conforme a **Nota nº003;**

→ **Demais Obrigações a Longo Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	0,01	29,47	0,03%	0%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	-	3,20	-	-
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	-	0,02	-	-
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	920,82	904,55	1,80%	100%
Total:	920,83	937,24	1,75%	100%

O Órgão CONAB representa 100% do valor total da rubrica, essencialmente na conta ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA e sofreu variação positiva de apenas 1,80% com relação ao último trimestre de 2021. O valor decorre da diferença entre a atualização do contrato de saldamento e as parcelas pagas, firmado entre a CONAB e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS). O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Desde janeiro de 2020 já houve o pagamento das trinta e seis primeiras parcelas.

Esse montante das Demais Obrigações a Longo Prazo referente à CONAB responde também por 38,68% do Passivo Não Circulante.

E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.406,90	3.351,23	1,66%	1,28%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	17,43	55,67	-68,69%	0%
Reservas de Capital	0,01	0,01	0%	0%
Reservas de Lucros	43,92	18,96	131,65%	0,02
Demais Reservas	12,76	12,76	0%	0%
Resultados Acumulados	263.987,06	259.311,08	1,80%	98,70%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	267.468,08	262.749,71		100%

Resultados Acumulados:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	241.873,62	239.622,44	0,68%	91,83%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	10.228,39	8.908,02	7,82%	3,88%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	9.336,15	8.809,96	6,21%	3,55%
FUNDO DE TERRAS	4.910,99	4.400,75	5,03%	1,86%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	42,53	44,55	7,09%	0,02

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	-	0,37	150.383,78 %	-
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	(3.004,63)	(2.475,01)	21,40%	-1,14%
Total	263.387,05	259.311,08	1,57%	100%

O órgão com maior relevância é o Incra que representa 91,83% do total da conta.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 4º Trimestre de 2022, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 482,96 milhões**, relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo, tendo um aumento de 1,26% em relação a dezembro de 2021.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
<u>Circulante (Curto Prazo)</u>	167,10	161,01	3,78%
Nacionais	167,10	161,01	3,78%
Estrangeiros	-	-	-
<u>Não Circulante (Longo Prazo)</u>	315,86	315,94	- 0,03%
Nacionais	315,86	315,94	- 0,03%
Total	482,96	476,95	1,26%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um acréscimo de 3,78%.

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 31/12/2022 os saldos relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se os Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31/12/2022.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

No âmbito do Mapa, o FUNCAFÉ é responsável por 65,40% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir, com data-base de 31/12/2022, estão discriminados os fornecedores mais significativos do Mapa com seus respectivos saldos.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDORES	R\$ Milhões	
	31/12/2022	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	321,91	66,65%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	63,59	13,17%

SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	10,12	2,10%
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEIRA	7,01	1,45%
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRÍCOLA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E	4,00	0,83%
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA - EPP	3,75	0,78%
DIAMANTINA PROJETOS LTDA	2,13	0,44%
AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	1,67	0,35%
DELTA PROJETOS AGROPECUÁRIOS PARNAMIRIM LTDA	1,65	0,34%
TERRAPLANA SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	1,32	0,27%
Demais Fornecedores	65,82	13,63%
Total	482,96	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme ilustra a tabela acima, que elenca as obrigações mais expressivas do MAPA – Órgão Superior, o valor a pagar ao fornecedor **Banco do Brasil**, no total de R\$ 321,91 milhões, representa 66,65 % de todas as obrigações, sendo 98,12% do montante, no valor de R\$ 315,86 milhões, referente a obrigação de Longo Prazo do órgão contratante **Funcafé**.

O valor de R\$ 315,86 milhões (**sem correção monetária**) registrado no exercício de 2013 trata-se de reconhecimento de dívida sem suporte orçamentário referente ao contrato de “DAÇÃO EM PAGAMENTO” para prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001. O órgão do Funcafé informou que o valor foi judicializado em junho de 2015, no TRF – 1º Região e o processo nº 0035446-59.2015.4.01.3400, está concluso para sentença.

Com relação à obrigação com a Caixa Econômica Federal, 13,17% do valor total refere-se a atividades de gestão operacional para execução de contratos de repasse com a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação – SDI/MAPA.

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 31/12/2022, no órgão do Mapa, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de **R\$ 4.736,02 milhões**, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 4º Trimestre de 2022, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Serviços	3.365,78	3.040,66	10,69%	71,07%
Empréstimos e Financiamentos	1.205,05	1.231,54	-2,15%	25,44%
Fornecimento de Bens	126,13	123,98	1,73%	2,66%
Seguros	15,13	14,41	4,96%	0,32%
Demais	14,41	71,19	-79,76%	0,30%
Aluguéis	9,52	11,11	-14,29%	0,20%
Total	4.736,02	4.492,89	5,41%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

As obrigações contratuais do Mapa aumentaram 5,41% com relação a dezembro de 2021. Este aumento no total das obrigações deve-se especialmente ao aumento de 10,69% na rubrica Serviços, que representa 71,07% do total das obrigações assumidas pelo Ministério. A rubrica Seguros teve um decréscimo significativo de 79,76%, referente à execução do seguro rural da Secretaria de Políticas Agrícolas.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	31/12/2022	AV (%)
MAPA	1.398,95	29,54%
CONAB	1.213,21	25,62%
FUNCAFÉ	1.208,98	25,53%
INCRA	577,88	12,20%
EMBRAPA	296,02	6,25%
SFB	40,98	0,87%
Total	4.736,02	100,00%

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 31/12/2022. O órgão **MAPA** possui maiores obrigações contratuais em torno de 29,54% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações referentes a Serviços – seguido da **CONAB** – com 25,62% do valor total, das quais mais de 99% referem-se também a contratos de Serviços e do FUNCAFÉ, com 25,53% do valor total, sendo a maioria referente aos contratos com empréstimos e financiamentos.

Contratado	31/12/2022	AV (%)
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	1.011,43	21,36%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	358,63	7,57%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	205,58	4,34%
BANCO BRADESCO S.A.	201,16	4,25%
BANCO MUFG BRASIL S.A	151,46	3,20%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	141,09	2,98%
BANCO DO BRASIL SA	118,63	2,50%
BANCO CITIBANK S A	90,83	1,9%
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	90,12	1,90%
CAST INFORMATICA S/A	83,24	1,76%
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	72,32	1,53%
→ Demais Obrigações – Por Contratado.	2.211,52	43,70%
Total	4.736,02	100,00%

A tabela 03 relaciona os dez contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 31/12/2022. O contrato com valor mais expressivo é o da CIBRIUS-CONAB, no valor de R\$ 1,011 bilhão, que representa 83,37% de todas as obrigações contratuais da CONAB, 30,05% dos contratos de Serviços do MAPA e 21,36% de todas as obrigações contratuais assumidas pelo Ministério.

Nota nº 003 - Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 1.143,64** (um bilhão, cento e quarenta e três milhões de reais) relacionados a provisões de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 4º trimestre 2022.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH (%)
Provisões a curto prazo	0	1,51	-100%
Provisões a longo prazo	1.143,64	653,79	74,92%
Total	1.143,64	655,30	74,52%

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

Provisões	31/12/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH (%)
Provisões Decorrentes de Sentenças Judiciais	0	1,51	0%
Total	0	1,51	100%

A provisão em curto prazo registrada no órgão do Mapa em 2021 refere-se aos precatórios para execução pelo STJ LOA 2022 e, a baixa em 2022 decorre da transferência da obrigação a pagar de débitos judiciais (PSSS de precatórios) vinculados ao órgão de origem previstos na LOA 2022, conforme processo STJ/SEI 000722/2 022 e 29294/2021 e STJ/SEI 019151/2022, os registros contábeis foram feitos pelo STJ.

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 03 – Provisões de Longo Prazo por Órgão.

Órgãos	31/12/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	784,26	328,80	138,52%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	359,38	324,99	10,58%
Total	1.143,64	653,79	74,92%

Em 31/12/2022 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 1.143,64 milhões, sendo na Embrapa R\$ 784 milhões e na CONAB R\$ 359 milhões. A EMBRAPA é responsável por 68,58% do total de provisões a longo prazo, e a CONAB por 31,42%.

Tabela 04 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	31/12/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH (%)
Riscos Trabalhistas	377,75	587,64	-35,72%
Matemáticas	6,79	0	100%
Riscos Fiscais	15,80	31,87	-50,42%
Riscos Cíveis	48,78	34,28	42,30%
Outras	694,52	0	100%
Total	1.143,64	653,79	74,92%

A Embrapa registrou Outras Provisões a Longo Prazo em 2022, em termos absolutos, foi a que apresentou maior destaque, na ordem de R\$ 694,52 milhões referente as provisões dos planos previdenciários (CERES), planos

de saúde (CASAEMBRAPA) relativos ao exercício de 2021 e as despesas projetadas para 2022, conforme Relatório de Resultados Atuarias emitidos pela empresa Atest Consultoria Atuarial.

As informações seguintes foram extraídas das Notas Explicativas da Embrapa e Conab:

EMBRAPA:

Risco Provável: Foi registrado no órgão da Embrapa a Provisão a Longo Prazo, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 784,26 conforme a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica e a Tabela 10 – Benefícios Pós Emprego. A variação de 3,20 em relação a setembro de 2022 é proveniente principalmente pelos rendimentos dos depósitos judiciais de natureza tributária.

Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	87,82	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de gratificação/Jornalistas/ (*) Pagamento de Premiação/Teto salarial
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	1,92	Anulação de ato administrativo
Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	20,48	Encargos Previdenciários
Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	243,27	Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR- INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal – CEF
TOTAL		
	353,49	

Risco possível

As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, reequadramento funcional, dano material e moral, ações que tratam do pagamento de premiação decorrente do cancelamento do processo de premiação por desempenho institucional de 2019 e outros somam o montante total de R\$ 158,31. Em virtude da sua classificação como de “risco possível”, não foram registradas provisões para essas ações.

Provisões a Longo Prazo – Composição (31/12/2022) – Benefícios Pós Emprego

No órgão da Embrapa foi registrado além das Provisões a Longo Prazo de natureza jurídica acima (Processos judiciais), houve também o reconhecimento da provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33, na conta Outras Provisões a Longo Prazo, conforme a composição abaixo:

R\$ Milhares

Benefícios Pós Emprego	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Benefícios Pós Emprego	430,77	A Embrapa possui, a título de benefício aos empregados, os planos de previdência Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres, administrados pela Ceres, e o plano de assistência médica administrado pela Casembrapa. Provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33. Os valores foram calculados pela Atest Consultoria Atuarial

CONAB

R\$ Milhões	
Natureza	Valor Estimado em Dez/2022
Provisões de Longo Prazo - CONAB	
Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	R\$289,93
Riscos Cíveis a Longo Prazo	R\$46,86
Riscos Fiscais a Longo Prazo	R\$15,79
Riscos referentes ao Plano de Previdência Complementar	R\$6,78
TOTAL	R\$359,81

Nas Provisões a Longo Prazo da CONAB, são referentes a Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis a serem desembolsados a longo prazo, conforme planilha de Provisões Passivas, elaboradas pelas áreas jurídicas da Companhia.

No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, no tocante de empresas da administração indireta, CONAB e Embrapa, existem estas provisões e as demais, assim como os registros para perdas.

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de dezembro de 2022, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de **R\$ 234,754 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um acréscimo de 0,03% em relação ao 4º trimestre/2021.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o exercício de 2022 e para o exercício de 2021.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	R\$ Milhões		
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens Móveis	1.168,13	1.235,50	-5,45%
(+) Valor Bruto Contábil	2.541,38	2.552,55	-0,44%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.346,44)	(1.290,31)	4,35%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(26,81)	(26,74)	0,25%

Bens Imóveis	233.586,20	233.439,89	-0,06%
(+) Valor Bruto Contábil	234.229,79	234.465,67	-0,10%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(643,59)	(1.025,78)	-37,26%
Total	234.754,33	234.675,39	0,03%

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/12/2022 totalizavam em **R\$ 1,168 bilhão**, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável acrescidos de bens advindos dos órgãos incorporados ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

Bens Móveis - Composição	31/12/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.096,55	1.102,67	-0,55%
Bens de Informática	510,49	519,52	-1,74%
Veículos	475,44	476,85	-0,30%
Móveis e Utensílios	256,83	258,05	-0,47%
Demais Bens Móveis	107,69	110,59	-2,62%
Bens Móveis em Almoxarifado	55,77	43,55	28,06%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	33,63	35,42	-5,05%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4,55	4,13	10,39%
Bens Móveis em Andamento	0,42	1,78	-76,26%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.346,44)	(1.290,31)	4,35%
Total	1.168,13	1.235,50	-5,45%

Constam Bens Móveis registrados no valor de R\$ 18,73 milhões no fechamento do balanço 2021 referente à conta de Bens Não Localizados. No final do 4º trimestre/2022 este valor diminuiu para R\$ 18,63 milhões.

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados. Estes bens são oriundos do antigo Ministério da Pesca.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 31/12/2022, totalizavam R\$ 233,586 bilhões, líquidos de depreciação/amortização, com maior concentração no Órgão INCRA, advindo ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019, no valor líquido de R\$ 223,726 bilhões. Houve crescimento de 0,06% em relação ao período de 31/12/2021 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

Órgão UGE	MIN.AGRICULTURA		INCRA		EMBRAPA		CONAB		SFB		TOTALS		R\$ Milhões
	Contas	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Bens de Uso Especial	9.103,96	8.177,15	221.457,66	222.676,42	522,98	508,49	302,76	306,98	0,86	0,86	231.388,22	231.669,89	99,06%
Bens Dominicais	0	0	1.814,94	1.814,42	0	0	0	0	0	0	1.814,94	1.814,42	0,78%
Bens Imóveis em Andamento	86,95	82,16	460,89	439,22	65,80	51,81	20,82	20,79	4,02	2,75	638,48	596,73	0,27%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	23,50	23,50	2,25	2,25	214,86	213,47	9,73	9,73	0	0	250,34	248,95	0,11%
Instalações	21,64	21,64	14,53	14,56	96,73	94,26	0,18	0,18	0,30	0,30	133,38	130,93	0,06%
Demais Bens Imóveis	0	0	4,44	4,75	0	0	0	0	0	0	4,44	4,75	0%
Depr./Amort. Acum Bens Im	(8,63)	(48,13)	(27,98)	(398,17)	(383,87)	(359,11)	(223,12)	(220,36)	(0)	(0)	(643,59)	(1.025,78)	-0,28%
Total	9.227,43	8.256,32	223.726,73	224.553,44	516,51	508,91	110,37	117,32	5,17	3,90	233.586,20	233.439,89	100%

Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total

R\$ Milhões

Bens Imóveis – Composição	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens de Uso Especial	231.388,22	231.669,89	-0,12%
Bens Dominicais	1.814,94	1.814,42	0,03%
Bens Imóveis em Andamento	638,48	596,73	7,00%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	250,34	248,95	0,56%
Instalações	133,38	130,93	1,87%
Demais Bens Imóveis	4,44	4,75	-6,55%
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(643,59)	(1.025,78)	-37,26%
Totais	233.586,20	233.439,89	0,06%

Os BENS DE USO ESPECIAL representam 99,06% do total de bens imóveis, perfazendo o montante de **R\$ 231,388 bilhões** a valores brutos. De acordo com a tabela ao lado apresentaram um decréscimo de 0,12% em relação ao exercício de 2021.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, os quais são considerados os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal, são constituídos conforme tabela abaixo:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Terrenos, Glebas	124.992,05	124.713,07	0,22%
Fazendas, Parques e Reservas	95.716,71	97.091,89	-1,42%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	5.471,30	4.756,21	15,03%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2.097,32	2.160,43	-2,92%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.663,68	1.656,83	0,41%
Edifícios	1.181,62	1.173,37	0,70%
Autarquias/Fundações	750,75	751,06	-0,04%
Represas/Açudes	555,86	557,81	-0,35%
Ilhas	567,00	404,18	40,28%
Outros Bens Imóveis Registrados	194,39	255,87	-24,03%
Armazéns/Galpões	121,04	120,26	0,65%
Imóveis Residenciais e Comerciais	103,02	117,34	-12,20%
Laboratórios/Observatórios	41,88	40,40	3,67%
Salas	9,32	7,27	28,15%
Portos/Estaleiros	3,37	3,37	0%
Cemitérios	1,99	1,99	0%
Postos de Fiscalização	0,56	0,56	0%
Imóveis de Uso Educacional	0,54	0,54	0%
Presídios/Delegacias	0,21	0,21	0%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	0	0,09	-100%
Totais	231.388,22	231.669,89	-0,12%

Destacam-se os itens “**Terrenos, Glebas**” e “**Fazendas, Parques e Reservas**” que somam R\$ 220,708 bilhões e representam 95,38% dos Bens de Uso Especial, com realce no Órgão INCRA com valor de R\$ 221,457 bilhões, referente a 30 (Fazendas), 43 (Parques) e 49 (Reservas).

A conta “Bens dominicais não registrados no SIAFI” do INCRA representam os bens não registrados no Sistema Integrado de Administração Patrimonial – *SIAPA*, que é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como dominiais quanto à sua destinação no âmbito da SPU. Os referidos imóveis constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

No final do ano de 2021 o Incra possuía um saldo de R\$ 1,814 bilhão relacionado aos bens dominicais não registrados no SIAPA, saldo este que permanece o mesmo em 31/12/2022.

O saldo de “Fazendas, Parques e Reservas”, R\$ 95,71 bilhões, e “Terrenos e Glebas”, R\$ 124,9 bilhões em 31/12/2022, pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) são, na verdade, bens dominicais destinados à reforma agrária e que foram classificados como bens de uso especial por determinação da Portaria Conjunta STN-SPU no 3/2014, que obriga o uso do SPIUnet para a gestão dos

bens imóveis do Incra. Esse sistema faz o controle patrimonial e os registros contábeis no Siafi, mas somente movimentam contas de bens imóveis de uso especial.

Os imóveis destinados à reforma agrária, inseridos no SPIUnet, são valorados com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) do Incra, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS R\$ milhões			COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS R\$ milhões			MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS R\$ milhões		
ÓRGÃO	31/12/2022	31/12/20	ÓRGÃO	31/12/2022	31/12/2021	ÓRGÃO	31/12/2022	31/12/2021
CONAB	3,270	0,791	EMBRAPA	18,186	10,468	CONAB	118,971	113,617
MAPA	1,267	1,267	INCRA	0,103	0,103	MAPA	130,026	13,026
INCRA	0,063	0,063	MAPA	0,027	0,027	Total	131,998	126,643
Total	4,601	2,121	Total	18,317	10,598			

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Foi efetuado a redução ao valor recuperável dos bens nos seguintes Órgãos:

- Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa;
- Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará; e
- Distritos de Meteorologia de alguns estados,
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra (Superintendência do Acre);
- Companhia Nacional de Abastecimento/Conab.

As demais unidades do órgão subordinado **Mapa** não fizeram os ajustes anteriores no ano de 2010 e quanto as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Federais (com exceção do Pará), e **CEPLACs**, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado	
	R\$ milhões
MAPA	23,42
INCRA	3,23
CONAB	0,15
Total	26,80

Em decorrência dos trabalhos de auditoria em curso no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, e considerando o disposto no artigo 26 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, foi identificada uma distorção significativa nos saldos da conta de bens imóveis do INCRA, na ordem de 60%, com impacto líquido de subavaliação no valor estimado de R\$ 133,89 bilhões.

No sentido de influir na correção das distorções, e buscando um monitoramento do valor das terras mais qualificado possível, com uma amostragem cada vez mais abrangente de dados

de valores de terras, no último ciclo de gestão se procedeu um expressivo investimento de recursos, tanto na qualificação da coleta de dados (no tempo e espaço) quanto na infraestrutura de dados. Houve o desenvolvimento de uma ferramenta potente de gestão e armazenamento dos dados de mercado fundamentais às análises, o Sistema de Mercado de Terras (SIMET).

Após a análise, é possível afirmar que o Monitoramento do Valor das Terras está estruturado e há recursos suficientes para coleta de dados e produção de bases de dados robustas. Os processamentos estão em fase final, sendo que a conclusão será a geração do Sistema de Mercado de Terras (SIMET), um Sistema de Gerenciamento de Base de Dados (SGBD), com prazo de conclusão estimado para fevereiro de 2023.

O Sistema de Mercado de Terras (SIMET), a se constituir o repositório de dados de valores de terras do INCRA, já tem a funcionalidade Application Programming Interface – API, em fase final de desenvolvimento, pensada de forma original para o fluxo de dados para o SPUnet, mas também para toda a sociedade.

(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Ministério da Agricultura e Pecuária vem trabalhando na implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, conforme instituído pela Portaria nº 232 de 02 de junho de 2020, cujo prazo para término da implantação é 1º de julho de 2023, conforme Portaria ME nº 4.378, de 11 de maio de 2022.

"Art. 7º-A Fica definido, em caráter excepcional, após avaliação da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, o prazo máximo de 1º de julho de 2023, para que os órgãos e as entidades que ainda não implementaram o Siads adotem as providências necessárias à sua implantação."

As taxas de depreciação dos bens imóveis da Conab foram revistas em 2021, com indicação, por parte da Auditoria Independente, de que a avaliação para mensuração da taxa de depreciação e mensuração da vida útil dos imóveis deveriam ser realizadas individualmente, fato que demandou a abertura de Processo Administrativo com a finalidade de contratação de empresa especializada, na elaboração de laudo de avaliação, para cada imóvel, com valor residual, visando a definição da vida útil, definição da taxa de depreciação e determinação de valor residual do Ativo Imobilizado (Edificações) dos imóveis, bem como, a emissão de Relatório Final, constando quadro resumo das avaliações de todos os imóveis (com planilha contemplando a vida útil, a taxa de depreciação e o valor residual de cada imóvel, para fins de registro contábil e patrimonial).

O referido Processo Administrativo está com carga para Gerência de Engenharia e Armazéns Próprios, no sentido de promover a elaboração de Projeto Básico, por tratar-se de serviço de engenharia.

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Merece destaque a significativa redução do item “Depreciação Acumulada de Imóveis” de 37,26% ocorrida no período analisado, decorrente de ajuste contábil realizado em junho após conciliação realizada entre o saldo contábil registrado no SIAFI e o saldo da depreciação do SPIUnet. O reconhecimento dessa redução impactou diretamente o patrimônio líquido da União, por meio de ajustes de exercícios anteriores.

Também é possível observar o efeito do ajuste contábil da “Depreciação Acumulada” na tabela “Bens de Uso Especial”.

(a.3) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.4) **Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment**

A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.

O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº21003.000660/2018/78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e Manual SIAFI.

O Mapa como órgão subordinado não vem realizando a redução ao valor recuperável por falta de pessoal especializado na área de patrimônio.

O Embrapa realizou teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), e foi emitida a Nota Técnica 2023, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2022.

(a.5) **Ajuste de Exercícios Anteriores – imobilizado**

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

	Mapa	Inkra	SBF	Embrapa
Classificação Contábil 1	Movimento R\$ Milhões	Movimento R\$ Milhões	Movimento R\$ Milhões	Movimento R\$ Milhões
123810100	R\$ 23,31	R\$ 33,76	R\$ -	R\$ -
123110000	R\$ 2,62	R\$ 38,59	R\$ 0,14	R\$ 10.041,74
123110106	R\$ 0,22	R\$ -	R\$ -	R\$ -
123110503	R\$ 0,11	R\$ 3,29	R\$ -	R\$ 119
Total	R\$ 26,26	R\$ 75,65	R\$ 0,14	R\$ 10.160,74

Embrapa: Dados extraídos a NE do órgão: Ajustes de Exercício Anterior

Os ajustes de exercícios anteriores referentes à depreciação representam 55,92% dos ajustes Realizados nas contas de imobilizado devido ao trabalho do Ministério da Agricultura e Pecuária na implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, conforme instituído pela Portaria nº 232 de 02 de junho de 2020, cujo prazo para término da implantação é 1º de julho de 2023, conforme Portaria ME nº 4.378, de 11 de maio de 2022.

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos

critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.

Em 31/12/2022, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 134,92 milhões relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2022 e 2021.

2022. Tabela 01 – Intangível – Composição.

R\$ Milhões

Intangível – Composição	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	111,12	100,25	10,84%
Software com Vida Útil Indefinida	74,77	72,74	2,79%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,49	0,49	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,28	0,28	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(53,20)	(52,36)	1,60%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1,46	1,46	-
Total	134,92	122,86	9,82%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 4º Trimestre de 2022.

R\$ Milhões

Órgão	Conta Contábil	ADIÇÕES	BAIXAS
MINIST.DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	-	0,87
INCRA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	-	10,75
EMBRAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-
	SOFTWARES – Vida Útil Definida em desenvolvimento	9,02	1,32
	SOFTWARES - Vida Útil Indefinida	0,04	-
CONAB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,03	1,18
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,80	0,20
SFB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	0,23

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior.

Mas o MAPA não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

A CONAB não realizou nenhuma geração interna de Ativos intangíveis e também não foi recebida nenhuma doação de bens intangíveis.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No exercício de 2022, não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

Nota nº 006 - Investimentos

Os investimentos no Mapa são compostos por: 1) Participações Permanentes; 2) Propriedades para Investimento e 3) Demais Investimentos menos a Depreciação Acumulada de Investimentos e a Redução ao Valor Recuperável de Investimentos, que totalizam R\$ 14,06 milhões, conforme tabela de Composição e Movimentação dos Investimentos a seguir, sendo apenas 0,03% referente a investimentos do INCRA, 44,71% referente a investimentos da CONAB e 55,26% referente a investimentos da EMBRAPA.

Tabela 01 – Investimentos – Composição:

R\$ Milhões

Investimentos	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	20,68	20,76	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP ESTADO	1,85	1,85	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00%
BENS IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	2,85	2,85	0,00%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%
DEPRECIACÃO ACUMULADA INVESTIMENTOS-CONS-PROPRIEDADE	(0,85)	(0,85)	0,00%
REDUÇÃO VALOR RECUPERADO INVESTIMENTO PARTICIPAÇÃO PERMANENTE	(10,47)	(10,58)	-1,04%
Total	14,06	14,03	0,21%

Fonte: Tesouro Gerencial - Investimentos – Composição

Tabela 02 – Investimentos – Composição e Movimentação:

R\$ Milhões

Investimentos	Saldo Inicial 31/12/2021	Adições (Valorizações)	Baixas (Desvalorizações)	Reclassificações	Saldo Final 31/12/2022
Participações Permanentes	20,76	0,00	0,08	0,00	20,68
Participações Permanentes Inter	1,85				1,85
Propriedades para Investimento	2,85	0,00	0,00	0,00	2,85
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(0,85)	0,00	0,00	0,00	(0,85)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(10,58)	0,11		0,00	(10,47)
Total	14,03	0,11	0,08	0,00	14,06

Fonte: Siafi Hod

(a) Participações Permanentes

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas não dependentes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS), consórcios públicos e fundos, sendo contabilizadas em função da influência da União na administração da entidade.

A tabela abaixo apresenta a composição dos investimentos da Conab e da Embrapa em “Participações Permanentes”, diferenciando-os pelo método de contabilização por equivalência patrimonial ou de custo.

Tabela 03 – Participações Permanentes

R\$ Milhões

Investimentos	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Participações em Empresas - MEP	0,73	0,73	0,00%	3%
Conab	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Embrapa	0,73	0,73	0,00%	3%
Participações em Empresas – Método de Custo	20,68	20,76	0,00%	79%
Conab	14,76	14,84	-0,01%	56,5%
Embrapa	5,92	5,92	0,00%	22,5%
Participações – Inter OFSS entre Estado	1,85	1,85	0,00%	7%
Embrapa	1,85	1,85	0,00%	7%
Propriedade para Investimento	2,85	2,85	0,00%	11%
Conab	2,85	2,85	0,00%	11%
Total	26,11	26,19	-0,34%	100%

Fonte: Siafi Hod 2022 e 20211

Tabela 04 – Investimentos – Por Órgão

R\$ Milhões

Órgão	Conta	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
EMBRAPA	PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,73	0,73	0,00%	8,58%
	Provisão para Perdas Prováveis	(0,72)	(0,72)	0,00%	
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	1,85	1,85	0,00%	21,86%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	5,91	5,91	0,00%	69,57%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total	7,77	7,77	0,00%	100%
CONAB	BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO	2,85	2,85	0,00%	45,31%
	DEPREC ACUM INVESTIMENTOS -CONS- PROPRIEDADES	(0,85)	(0,85)	0,00%	(13,51%)
	REDUCAO VALOR RECUP INVEST - PARTICIP PERMAN	(10,47)	(10,58)	0,28%	(166,45%)
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	14,76	14,84	0,00%	235,93%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total	6,29	6,26	0,47%	100%
Total dos Investimentos		14,06	14,03		

Fonte: Siafi Hod 2022 e 2021

CONAB

Tabela 05 – Investimentos da CONAB – Composição

R\$ Milhões

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Participações Permanentes	14,76	14,84	0,54%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,00	0,00	0,00%
Bens Imóveis não Destinados a Uso	2,85	2,85	0,00%
Bens Móveis não Destinados a Uso	(0,85)	(0,85)	0,00%
Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-10,47	-10,58	-1,04%
Total	6,29	6,26	0,48%

Os Investimentos da CONAB são compostos por participações permanentes em empresas e imóveis não destinados a uso e valores custodiados no Banco do Brasil S/A, referentes a ações negociadas pelo BNDES, conforme consta na tabela acima.

Na tabela a seguir estão os dois maiores investimentos da **CONAB** até dezembro de 2022, decrescidos da redução ao valor recuperável. Os dois maiores investimentos representam 79,05% do total.

Tabela 06 – Maiores Investimentos da CONAB – Participações Permanentes

R\$Milhões

	31/12/2022	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODOPAR	2,59	59,68%
Centrais Elétricas Brasileiras AS - Eletrobrás	0,84	19,35%
Demais	0,91	20,97%
Total	4,34	100,00%

Tabela 07 - Mutações dos Investimentos – Participação Permanentes (decrescidas da redução ao valor recuperável)

R\$ Milhões

EMPRESA	Saldo em Dez/2021	Aportes de Capital	Resultado de Partic. em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo Dez/2022
Cia De Desenvolvimento Agropecuário Do Paraná CODAPAR	2,59	-	-	-	-	2,59
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	0,72	-	-	-	-	0,84
CEAGESP - Companhia De Entrepósitos E Armazéns Gerais De São Paulo	0,43	-	-	-	-	0,43
Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre	0,23	-	-	-	-	0,23
Companhia Estadual De Silos E Armazéns	0,08	-	-	-	-	0,08
Algar Telecom S.A.	0,05	-	-	-	-	0,05
Telefônica Brasil S.A.	0,03	-	-	-	-	0,03
Refinadora Catarinense SA	0,02	-	-	-	-	0,02
Companhia Brasileira De Partic. Agroindustrial Brasagro	0,01	-	-	-	-	0,01
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A	0,07	-	-	-	-	0

Multilog S.A.	0,01	-	-	-	-	0
Engie Brasil Energia S.A.	0	-	-	-	-	0
Banco Da Amazônia S.A.	0	-	-	-	-	0
Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S.A.	0	-	-	-	-	0
Frigorífico Vale Do Tocantins S A	0	-	-	-	-	0
Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	0	-	-	-	-	0
Vicunha Têxtil S.A.	0	-	-	-	-	0
Procter & Gamble do Nordeste S.A. - em liquidação	0	-	-	-	-	0
Delta de Arcos S.A.	0	-	-	-	-	0
Delta de Matozinhos S.A.	0	-	-	-	-	0
Banco De Desenvolvimento Do Espírito Santo S.A.	0	-	-	-	-	0
Morada Do Sol Participações SA	0	-	-	-	-	0
Fábrica de tecidos Carlos Renaux S/A em liquidação	0	-	-	-	-	0
PBG S/A	0	-	-	-	-	0
TOTAL	4,26	-	-	-	-	4,29

Fonte: Siafi 2022 e Siafi 2021

EMBRAPA

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

Tabela 08 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:

R\$ MILHÕES

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2021	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2021
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI ⁽⁵⁾	Agricultura	5,28	4,74	-20,93	9,07
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG ⁽⁴⁾	Agricultura	0,00	0,01	59,65	3,93

- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN ⁽³⁾	Agricultura	0,73	49,00	-4,59	-1,14
---	-------------	------	-------	-------	-------

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das Empresas

- (1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e
(2) Demonstração de 2018 apresentada do ano de 2019 à- EMBRAPA
(3) Demonstração de 2019 apresentada do ano de 2020 à- EMBRAPA
(4) Demonstração de 2020 apresentada do ano de 2021 à- EMBRAPA
(5) Demonstração de 2021 apresentada do ano de 2022 à- EMBRAPA

Tabela 09 – Mutações dos Investimentos da EMBRAPA – composição:

Entidade	Saldo em 31/12/2022	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	R\$ MILHÕES
						Saldo em 30/12/2021
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	1,86	-	-	-	-	1,86
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	0,73	-	-	-	-	0,73
Total	2,59	0	0	0	0	2,59

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. *Valores não consolidados (EMBRAPA)

6.2) DEMOSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no Quarto Trimestre de 2022 foi deficitário em comparação ao trimestre equivalente de 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	31/12/2022	31/12/2021	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	56.010,23	107.818,14	-48,05%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	53.890,49	105.271,91	-48,81%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.119,74	2.546,23	-16,75%

Na tabela das Variações Patrimoniais Quantitativas acima o Resultado Patrimonial do Período teve redução de 16,75%, devido principalmente à diminuição de ganhos com a incorporação de imóveis ocorrida no exercício anterior no órgão **Incra** e o aumento nesse exercício financeiro de sub-repasses concedidos por transferências financeiras pela empresa **Conab** e de transferências de bens ocorridos nos órgãos **Incra**, **Conab** e **Funcafé**.

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o **MAPA** e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Milhões

	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				
Transferências Intergovernamentais	0,68	0,03	2166,67%	0,00%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	56,05	4,74	1082,49%	0,10%
Transferências das Instituições Privadas	10,88	2,17	401,38%	0,02%
Ganhos com Alienação	30,52	6,55	365,95%	0,05%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	32,82	15,44	112,56%	0,06%
Juros e Encargos de Mora	48,92	25	95,68%	0,09%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	198,46	121,49	63,36%	0,35%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	120,01	75	60,01%	0,21%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,12	0,08	50,00%	0,00%
Contribuições Sociais	2.234,23	1.981,95	12,73%	3,99%
Transferências Intragovernamentais	44.160,95	40.816,49	8,19%	78,84%
Reavaliação de Ativos	1.362,40	2.427,28	-43,87%	2,43%
Resultado Positivo de Participações	0,06	0,35	-82,86%	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.203,74	56.148,45	-97,86%	2,15%
Demais VPAs	6.550,39	6193,12	57,69%	11,69%
Total	56.010,23	107.818,14	-48,05%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

VPA – TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS:

Refere-se ao aumento no recebimento de transferência voluntária na Embrapa.

VPA – REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS:

Refere-se, especialmente, a ajuste de ação indenizatória referente a precatórios no INCRA.

VPA – TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS:

Refere-se a arrecadação do Fundo Nacional da Amazônia do Serviço Florestal Brasileiro.

VPA – GANHOS COM ALIENAÇÃO:

Houve um acréscimo de 365,95% de ganhos com a venda de imóveis rurais da Conab no MS.

VPA – CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO:

Aumentou em 112,56% em Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE do órgão Incra, relativo à Contribuição especial de competência Exclusiva da União.

VPA – JUROS E ENCARGOS DE MORA:

O aumento de 95,68% deve-se especialmente à reclassificação de atualização monetária e juros do contrato com a CIBRIUS/CONAB processo SEI CONAB 21200.002642/2021-08.

VPA – JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS:

O aumento de 63,36% trata-se, em grande maioria, da arrecadação de juros de recursos efetivamente aplicados no objeto do contrato de recursos emprestados e receita proveniente de pagamento de parcelas de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos no órgão Funcafé.

VPA – VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR:

O aumento de 60,01% refere-se a receita proveniente da alienação de bens imóveis rurais para colonização e reforma agrária no INCRA.

VPA – REVERSÃO DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL:

O aumento de 50% refere-se ao registro da valorização das ações do tipo PB CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A na CONAB.

VPA – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:

Houve um acréscimo de 12,73% com relação ao quarto trimestre de 2021 devido ao adicional à contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários dos empregadores das empresas no Incra.

VPA – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS:

Em relação ao quarto trimestre de 2021 houve um aumento de 8,19% de transferências intragovernamentais devido especialmente à movimentação de saldos patrimoniais entre Unidades Gestoras, destacando o órgão Funcafé, principalmente por devolução de recursos aplicados e remuneração da taxa Selic, a empresa Conab, referente ao recebimento de sub-repasse da prestação de contas e a transferência de saldos de convênios entre Ugs do MAPA.

VPA – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS:

A diminuição de 43,87% em relação ao quarto trimestre de 2021 deve-se ao fato da reavaliação de imóveis de uso especial no SPIUnet do órgão Incra no exercício anterior ter sido maior do que no exercício de 2022.

VPA – RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES:

A queda de 82,86% refere-se à diminuição, na CONAB, no recebimento de dividendos pela participação no capital de empresas.

VPA – GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

Ocorreu uma diminuição de 97,86% em relação ao quarto trimestre de 2021 devido às incorporações de imóveis de uso especial no SPIUnet pelo órgão Incra, que em 2021 foi R\$ 54,998 bilhões (cinquenta e quatro bilhões e novecentos e noventa e oito milhões de reais) maior do que em 2022.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o ME, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	22,22	0,18	12.244,44%	0,04%
Variações Monetárias e Cambiais	14,35	0,75	1813,33%	0,03%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.352,20	723,87	224,95%	4,36%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	32,17	21,62	48,80%	0,06%
Transferências Intragovernamentais	33.908,87	30.025,66	12,93%	62,92%
Remuneração a Pessoal	4.307,71	4.364,18	-1,29%	7,99%
Benefícios a Pessoal	108,98	115,11	-5,33%	0,20%
Perdas Involuntárias	8,01	10,3	-22,23%	0,01%
Serviços	1.814,84	3.010,20	-39,71%	3,37%
Perdas com Alienação	3,94	10,41	-62,15%	0,01%
Desincorporação de Ativos	1.961,86	57.725,08	-96,60%	3,64%
Demais VPDs	9.355,34	9.264,55	0,97%	17,36%
Total	53.890,49	105.271,91	-48,81%	100,00%

VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS:

Refere-se ao aumento da atualização monetária dos resultados previstos na CVM nº 695/2012 e no IAS 19(R1) para os planos de saúde CASEMBRAPA e CERES da EMBRAPA.

VPD – VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:

Houve aumento de 1.813,33% em relação ao quarto trimestre de 2021, referente à atualização monetária e juros do contrato de adimplemento do Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS.

VPD – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTES PARA PERDAS:

O aumento de 224,95% trata-se da desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet do órgão Inkra.

VPD – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA:

Aumentou em 48,80% em relação ao quarto trimestre de 2021 devido à apropriação da provisão para o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ na empresa Conab.

VPD – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS:

Aumento de 12,93% devido especialmente a repasse devolvido INCRA – Títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional devolução de saldo financeiro não utilizado de exercícios anteriores e diversos movimentos de saldos patrimoniais com repasses à STN.

VPD – REMUNERAÇÃO A PESSOAL:

Essa rubrica refere-se às despesas com vencimentos e salários, abonos, adicionais, gratificações férias, 13º salário, indenizações e sentenças judiciais e teve uma pequena redução de 1,29% devido a diminuição de despesas com sentenças judiciais – pessoal ativo RPPS.

VPD – BENEFÍCIOS A PESSOAL:

Benefícios do MAPA – Órgão superior diminuiu apenas 5,33% com relação ao quarto trimestre de 2021 devido à redução de auxílio moradia e ajuda de custo a pessoal RGPS e está distribuído da seguinte forma entre os órgãos:

	MAPA		INCRA		EMBRAPA		CONAB		TOTAL	
AUXILIO ALIMENTACAO	39,53	70,37%	16,64	29,63%					56,18	51,55%
AUXILIO TRANSPORTE	4,40	31,38%	2,52	17,96%	0,07	0,50%	7,04	50,19%	14,03	12,87%
AUXILIO MORADIA - RPPS - RGPS	9,08	95,61%	0,42	4,39%					9,50	8,72%
AJUDA DE CUSTO	2,07	87,86%	0,28	11,72%			0,01	0,59%	2,36	2,17%
AUXILIO CRECHE	3,48	22,07%	1,45	9,20%	8,83	55,97%	2,01	12,74%	15,78	14,48%
AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETI							1,91	99,90%	1,91	1,75%
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - RPPS			0,29	100,48%					0,29	0,27%
SENTENCAS JUDICIAIS - BENEFICIOS A	0,02	6,21%	0,27	92,42%					0,29	0,27%
RETRIBUICAO EM SERVICOS NO EXTERIOR	7,45	100,00%		0,00%					7,45	6,84%
OUTROS BENEFICIOS A PESSOAL - RPPS -RGPS	1,17	98,34%	0,02	1,52%					1,19	1,09%
	67,21	61,67%	21,89	20,08%	8,90	8,17%	10,97	10,07%	108,98	100,00%

VPD – PERDAS INVOLUNTÁRIAS:

A diminuição de 22,23 com relação ao quarto trimestre de 2021 deve-se a diminuição das perdas involuntárias com estoques na Embrapa (referente a mortes de animais e outras perdas de estoque) e na CONAB (referente a perdas em transporte e armazenagem)

VPD – SERVIÇOS:

Em relação ao 4º trimestre de 2021 houve uma redução de 39,71% referente aos registros de dívidas de precatórios de pessoal, benefícios previdenciários e de terceiros (alimentício e comum) decorrente de sentenças judiciais de serviços por pessoas físicas e por pessoas jurídicas no órgão Inkra, no exercício anterior.

VPD – PERDAS COM ALIENAÇÃO:

Refere-se a perda na baixa de bens móveis alienados em leilão e diminuiu 62,15% com relação ao quarto trimestre de 2021 pois, em 2021, houve uma grande perda em leilões de bens inservíveis do MAPA, tais como veículos, computadores, monitores e impressoras.

VPD – DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

Houve diminuição nesta rubrica em torno de 96,60% conforme detalhado no quadro abaixo. A diminuição de Desincorporação de Ativo foi mais acentuada no órgão Incra, com 99,96% de redução, devido principalmente à baixa de bens imóveis cadastrados no SPIUnet ocorridas no exercício anterior.

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	AH %
Mapa	320,89	256,15	25,27%
Incra	21,83	56.700,62	-99,96%
Embrapa	33,19	53,39	-37,83%
Conab	1.559,89	694,88	124,48%
Funcafé	7,79	13,72	-43,22%
SFB	18,27	6,29	190,46%
Total	1.961,86	57.725,08	-96,60%

6.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Regime Orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, “*pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas*”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do quarto trimestre/2022 do Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa da receita estimada e despesa fixada pela Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, LOA para o exercício financeiro de 2022.

O total da previsão atualizada das Receitas Correntes e das Receitas de Capital do 4º trimestre de 2022 é de R\$ 8.973,09 milhões, cujas receitas realizadas são de R\$ 9.253,79 milhões, equivalente a 103,13% de todas as receitas previstas, conforme tabela de Receitas Realizadas no 4º Trimestre.

EM R\$ MILHÕES

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Receita Realizada
RECEITAS CORRENTES	3.629,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	68,25
Contribuições	2.276,65
Receita Patrimonial	641,61
Outras Receitas Patrimoniais	-
Receita Agropecuária	14,39
Receita Industrial	0,05
Receitas de Serviços	276,91
Transferências Correntes	15,18
Outras Receitas Correntes	336,26
RECEITAS DE CAPITAL	5.624,50
Amortização de Empréstimos (VII)	5.475,95
Alienações de Bens	148,55
Outras Alienações de Bens	-
Total da Receita Realizada	R\$9.253,79

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Além disso, há receitas de capital primárias, decorrentes da alienação de bens e transferências de capital.

Assim, o total das Receitas Orçamentárias Primárias no 4º trimestre de 2022 foi de R\$ 3.777,85 milhões.

EM R\$ MILHÕES

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRIMÁRIAS	Receita Realizada
RECEITAS CORRENTES (I)	3.629,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	68,25
Contribuições	2.276,65
Receita Patrimonial	641,61
Outras Receitas Patrimoniais	-
Receita Agropecuária	14,39
Receita Industrial	0,05
Receitas de Serviços	276,91
Transferências Correntes	15,18
Outras Receitas Correntes	336,26
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (II)	3.629,30
RECEITAS DE CAPITAL (III)	5.624,50
Amortização de Empréstimos (VII)	5.475,95
Alienações de Bens	148,55
Outras Alienações de Bens	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV)	148,55
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V) = (II + IV)	R\$ 3.777,85

Fonte: Siafiweb 2022 - Extraído do SIAFIWEB – dezembro 2022.

A Despesa fixada, Despesa Corrente e Despesa de Capital apresenta a dotação inicial de R\$ 22.790,10 milhões. Assim, a despesa orçamentária foi atualizada para o valor de R\$ 22.322,64 milhões, neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 21.267,32 milhões, equivalente a 95,27% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa:

EM R\$ MILHÕES

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b - c)
MIN.AGRICULTURA	7.671,97	8.751,77	8.231,43	5.564,50	5.297,46	520,34
INCRA	3.486,45	1.913,33	1553,46	1.403,42	1.314,71	359,87
EMBRAPA	3.377,64	3.611,33	3.639,66	3.408,82	3.177,41	-28,33
CONAB	1.622,12	1.408,46	1.383,99	1.266,43	1.177,53	24,48
FUNCAFE	6.086,28	6.088,18	6.008,17	5.250,26	5.250,26	80,01
SFB	65,03	68,97	25,57	17,59	17,56	43,4
FUNDO DE TERRAS	480,61	480,61	425,05	279,11	274,12	55,56
TOTAL	R\$22.790,10	R\$ 22.322,64	R\$21.267,32	R\$17.190,13	R\$16.509,06	R\$1.055,32

Fonte: Tesouro Gerencial dezembro 2022

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor apresentou, no quarto trimestre, valor pago de R\$ 2.655,73 milhões, referente a 43,23% do total dos Restos a Pagar não Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	203,86	611,39	559,48	546,52	97,92	170,81
Pessoal e Encargos Sociais	26,61	11,18	26,31	26,31	7,70	3,77
Outras Despesas Correntes	177,25	600,22	533,16	520,21	90,22	167,04
DESPESAS DE CAPITAL	2.693,66	3.901,56	2.418,67	2.109,21	1.168,66	3.317,36
Investimentos	1.651,46	2.290,37	1.244,37	934,91	193,42	2.813,49
Inversões Financeiras	1.042,20	1.611,20	1.174,30	1.174,30	975,23	503,87
TOTAL	2.897,52	4.512,96	2.978,14	2.655,73	1.266,58	3.488,17

FONTE: Balanço Orçamentário – Dezembro/2022

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, apresenta valor pago neste trimestre de R\$716,12 milhões, referente a 79,43% do saldo dos Restos a Pagar Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	100,86	628,14	641,79	4,79	82,42
Pessoal e Encargos Sociais	0,32	586,91	585,72	0,21	1,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	100,54	41,23	56,07	4,58	81,12
DESPESAS DE CAPITAL	114,13	102,24	74,33	38,98	103,07
Investimentos	73,10	93,47	65,55	0,49	100,54
Inversões Financeiras	41,03	8,77	8,78	38,49	2,53
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	214,99	730,38	716,12	43,77	185,48

FONTE: Balanço Orçamentário – Dezembro/2022

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o quarto trimestre de 2022, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de **R\$ 9.253,79** milhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de **R\$ 21.267,32** milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de **R\$ 12.013,53** milhões no referido período. Este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento não é agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada (R\$21.267,32) alcançou cerca de 95,27% da Dotação atualizada (R\$22.322,64) para o quarto trimestre do exercício de 2022.

A realização de receitas no valor de R\$ 9.253,79 milhões, no quarto trimestre de 2022, alcançou 103,13% da previsão atualizada de arrecadação no valor de R\$ 8.973,09 milhões.

Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	22000	72122, 74104,
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.	22201	93182
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.	22202	93183
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	22211	93184
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB.	44208	73115, 93181
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE.	22905	74901
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA.	49001	74906

Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

- ➔ Descentralizações Concedidas para o Mapa: R\$ 2.204,06 milhões, sendo o valor de R\$ 1.068,68 milhões, representando 48,49% do Órgão Ministério da Agricultura e o valor de R\$ 989,85 milhões, representando 44,91% de participação do INCRA.
- ➔ Descentralizações Recebidas pelo Mapa: R\$1.898,72 milhões, com valores expressivos no órgão da Conab R\$ 1.455,54 milhões, representando 76,66% do total firmado.

TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA					TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
Órgão	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MAPA	66,11	22,82	34,32	4,07	1.068,68	472,56	500,78	1,97
INCRA	144,17	68,64	69,19	-	989,85	528	457,58	0,76
EMBRAPA	227,4	88,01	112,06	0,71	84,33	28,87	20,37	0,41
CONAB	1.455,54	337,61	217,01	0,3	-	-	-	-
FUNCAFÉ	-	-	-	-	25,47	5,82	11,96	-
SFB	5,5	0,12	5,38	-	35,73	1,27	21,15	7,7
TOTAL	1.898,72	517,2	437,96	5,08	2.204,06	1.036,52	1.011,84	10,84

FONTE: TG – dezembro 2022.

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizou R\$ 22.790,10 milhões, e no quarto trimestre ocorreu um decréscimo de R\$ 3.689,99 milhões, resultando em uma dotação atualizada (dotação suplementar menos dotação cancelada ou remanejada) no valor total de R\$ 22.322,64 milhões.

Em Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINÁRI A	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MIN.AGRICULTURA	7.671,97	2.763,86	-	-	- 1.684,06	8.751,77
INCRA	3.486,45	147,73	-	-	- 1.720,85	1.913,33
EMBRAPA	3.377,64	241,01	-	-	-7,31	3.611,34
CONAB	1.622,12	61,99	-	-	-275,65	1.408,46
FUNCAFE	6.086,28	1,90	-	-	-	6.088,18
SFB	65,03	6,05	-	-	-2,12	68,96
FUNDO DE TERRAS	480,61	-	-	-	-	480,61
TOTAL	22.790,10	3.222,53	-	-	-3.689,99	22.322,64

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Portarias publicadas no 3º e 4º Trimestres que impactaram o orçamento, as fontes, as ações ou as dotações (especiais ou extraordinárias):

Classificação	Ato	Tipo	Unidade Interessada
Crédito Suplementar	PORTARIA SETO/ME No 6.009, DE 5 DE JULHO DE 2022	620 – remanejamento entre os grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5"	SFB
	PORTARIA SETO/ME No 6.106, DE 7 DE JULHO DE 2022	185 - Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda de bancada estadual ("RP 7")	AERIN
		187 - Suplementação de GND no âmbito da mesma emenda de bancada estadual ("RP 7")	INCRA
	PORTARIA SETO/ME No 7.578, DE 22 DE AGOSTO DE 2022	102a - Suplementação de RP 1 constante do Quadro 10A (LOA-2022, art. 4º, caput, inciso II, alínea "a")	INCRA
	PORTARIA SETO/ME No 8.343, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022	103f - Remanejamento de dotações entre subtítulos integrantes de ações de programas diferentes	CGAS
			CGGOV
			CGLI
			CONAB
			EMBRAPA
			INCRA
	PORTARIA SETO/ME No 8.567, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022	107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos integrantes de ações do mesmo programa, limitado até 30%	SDA
			SDI
			SE
PORTARIA SETO/ME No 8.683, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022	102a - Suplementação de RP 1 constante do Quadro 10A	CONAB	
		EMBRAPA	
Outras Alterações Orçamentárias	PORTARIA SETO/ME No 6.009, DE 5 DE JULHO DE 2022	620 – Remanejamento entre os grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5"	AERIN
			MDH
			ME
			MS
	PORTARIA SETO/ME No 8.068, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022	952 - Bloqueio/Desbloqueio Controle SOF - 62.212.0107	CONAB
			EMBRAPA
	PORTARIA SOF/ME No 6.104, DE 7 DE JULHO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	SFB
	PORTARIA SOF/ME No 6.257, DE 13 DE JULHO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	EMBRAPA
			INCRA
			SE
	PORTARIA SOF/ME No 6.540, DE 22 DE JULHO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	SFB
			SAF
	PORTARIA SOF/ME No 7.316, DE 15 DE AGOSTO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	SFB
INCRA			
			SE

	PORTARIA SOF/ME No 8.466, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	SFB
Crédito Especial	LEI Nº 14.507, DE 26 DE DEZEMBRO 2022.	200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA	Assessoria Especial de Relações Governamentais e Institucionais – AERIN.
	LEI Nº 14.511, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022.	200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA	Assessoria Especial de Relações Governamentais e Institucionais – AERIN.

Fonte: Coordenação Orçamentária/CGOF/DGG/SE/ 2022.

6.4) BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise ao Balanço Financeiro do 4º trimestre de 2022, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi deficitário de R\$ -120,36 milhões e a sua formação é detalhada na tabela seguinte:

Demonstração do Resultado Financeiro.

	EM R\$ MILHÕES		
	31/12/2022	31/12/2021	AH%
(+) Ingressos	58.094,59	52.935,11	10%
(-) Dispêndios	58.214,95	53.709,57	8%
(=) Resultado Financeiro	-120,36	-774,46	- 84%

Fonte: Siafi Web 2022

Quando comparado o Resultado Financeiro apurado no 4 trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, observa-se da tabela acima teve um decréscimo de 84% no resultado deficitário.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, deste órgão, encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado na DFC.

EM R\$ MILHÕES

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Saldo para o Exercício Seguinte	7.285,23	7.405,59	- 2%
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.405,59	8.180,03	- 9%
(=) Resultado Financeiro	-120,36	-774,46	- 84%

Fonte: Siafi Web 2022

6.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Mapa apresentou um leve acréscimo de 1% neste trimestre em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo Resultado do Exercício em torno 3.174,18 milhões.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Composição

EM R\$ MILHÕES

DMPL	31/12/2022	31/12/2021	AH %
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.406,90	3.351,23	2%
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	16,80	55,67	-70%
RESERVAS DE CAPITAL	0,01	0,01	0%
DEMAIS RESERVAS	12,76	12,76	0%
RESERVA DE LUCROS	-	-	-%
RESULTADOS ACUMULADOS	265.033,65	261.876,27	1%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	268.470,11	265.295,93	1%

6.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtensões de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades de operacionais (-) fluxo das atividades de investimento resultaram um déficit no valor de R\$ 120,37 milhões, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

EM R\$ MILHÕES

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	1.145,21	1.328,58	-14%
Fluxo das Atividades de Investimento	-1.265,58	-2.103,02	-40%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-120,37	-774,44	-84%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	7.405,59	8.180,03	-9%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	7.285,23	7.405,59	-2%

Fonte: Siafi Web 2022

7) Referências

7.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição – Válido a partir de Nov 2021
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br > balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>

- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>